



Munich Personal RePEc Archive

The expansion to hinterland of Higher Education in Rio Grande do Sul.

Oliveira, Livio Luiz Soares de

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

2017

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/92367/>

MPRA Paper No. 92367, posted 26 Feb 2019 14:29 UTC

A Interiorização do Ensino Superior no Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo tem como meta expor, de modo sucinto, a evolução do processo de interiorização do ensino superior no RS, por meio de dados referentes à expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), cursos, vagas, inscritos, matrículas e ingresso de alunos. No caso das IES públicas do interior, aconteceu fenômeno inverso ao que ocorreu na capital, pois a participação relativa dessas instituições, no total de vagas, aumentou. Tal fato reflete o avanço da interiorização das vagas em IES públicas como consequência da criação da UNIPAMPA, de três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), além dos *campi* interioranos da UFSM e da UERGS. Quanto às matrículas e ingressos no interior do RS, diferentemente do que ocorreu na capital, houve um avanço de participação relativa por parte das IES públicas, em relação às IES privadas. Conclui-se que houve, ao longo da série, uma queda no grau de interiorização do número de IES, aumento da interiorização do número de inscritos, matrículas e ingressos; e estabilidade no número de cursos e de vagas.

Palavras chave: Interior; ensino superior; educação

Abstract

This article aims to explain, briefly, the evolution of higher education in Rio Grande do Sul, through data on the evolution of the number of higher education institutions, courses, vacancies, subscribers, enrollment and admission of students, between the years 1991 and 2013. Outside the Porto Alegre, the relative participation of the public institutions, in total vacancies, increased, inverse phenomenon to what occurred in the capital. This fact reflects the results of the creation of UNIPAMPA, three Federal Institutes of Education, Science and Technology (Ifs), beyond the hinterland campuses of the UFSM and UERGS. Outside the Porto Alegre, unlike what occurred in the capital, there was an increase of relative share in total enrollment and admissions from public institutions in relation to private institutions of higher education. It was concluded that there was a decrease in the degree of internalization of number of higher education institutions; increased internalization of the number of subscribers, enrollments and admissions of students; and stability of the number of courses and vacancies

Key words: *Hinterland; higher education; education.*

Classificação JEL: I23

1.Introdução

Este artigo pretende traçar um retrato da evolução do processo de interiorização do ensino superior do RS entre os anos 1991 e 2013, com base nos dados do Censo da Educação Superior (CES) de responsabilidade do Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este período foi escolhido por ser aquele com maior continuidade e extensão entre as séries disponibilizadas pelo INEP relativamente aos dados do ensino superior. Nesse período também foram implementadas modificações fundamentais na legislação federal relativa ao ensino superior, que permitiram a expansão deste para o interior, como será comentado posteriormente.

O Rio Grande do Sul tem um papel importante no processo de interiorização do ensino superior no Brasil, porque foi em território gaúcho que foi implantada a primeira universidade no interior do país, em uma etapa do processo histórico em que essa espécie de instituição se localizava unicamente em capitais brasileiras (Rossato, 1997, p. 291; Estrada, 2009, p.38). Neste trabalho, se considera interior todo o espaço geográfico fora dos limites da capital Porto Alegre, isto é, todos os municípios que não a capital gaúcha, usando o mesmo critério que o INEP. A interiorização do ensino superior pode ser compreendida como um processo inclusivo de democratização espacial de acesso ao mesmo (Rieder, 2011, p.229), oportunizando possibilidades que antes não existiam às populações interioranas, visto que a educação terciária era concentrada nas capitais e grandes centros urbanos (Firmino, 2014, p. 15).

As primeiras escolas superiores, voltadas à formação de profissionais liberais, foram criadas no Brasil com a vinda da família real portuguesa, em 1808. Esse foi o mecanismo encontrado pelo príncipe regente D. João VI para atender a demanda do governo monárquico português, para aqui transplantado, de elementos capazes de suprir adequadamente a burocracia administrativa. Assim, o ensino superior nasce no Brasil juntamente com o surgimento do Estado Nacional em nosso país (Cunha, 2007, p.64,71). O governo de D. Pedro I deu impulso ao ensino superior, com a instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil em 1827, e no reinado de D. Pedro II foram criadas outras instituições (Costa *et al*, 2011, p.17).

À época da proclamação da república havia cinco instituições de ensino superior no Brasil, todas localizadas em capitais: duas faculdades de direito (uma em Recife e outra em São Paulo), duas faculdades de medicina (uma em Salvador e outra no Rio de Janeiro) e uma escola politécnica (Rio de Janeiro). Juntas, essas faculdades tinham

2.300 matrículas (Ribeiro, p.86). A promulgação da constituição republicana em 1891 imprimiu um novo ritmo de abertura de escolas superiores, cedendo espaço à iniciativa privada. Entre 1891 e 1937 foram criadas 31 instituições de ensino superior no país (Costa *et al* , 2011, p. 18). Em 1940, já havia 21.235 estudantes de nível superior no país, passando este número para 37.548 em 1950 e 100.000 em 1960 (Ribeiro, 1969, p.76,78).

Foi no início da década de 1950 que ocorreu, paralelamente ao processo de interiorização do ensino superior, a intensificação do processo de industrialização no Brasil, por meio do modelo de substituição de importações, que aumentou a demanda por trabalhadores qualificados. Dado que a contratação de trabalhadores estrangeiros, em grande escala, era pouco exequível na época, o Governo recorreu à mudança na legislação a fim de prover a lacuna existente na formação de mão de obra, com a adoção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 20 de dezembro de 1961 (Costa *et al*, 2011, p. 4). Essa lei permitiu a mudança no estatuto das Universidades públicas, as quais puderam diversificar seus cursos, criar institutos de pesquisa, contratar novos docentes e aumentar o número de vagas.

No entanto, a mudança adotada na legislação não foi suficiente para alcançar as metas ambicionadas. Por isso foi adotada, no Regime Militar, a Reforma Universitária, amparada na Lei 539/69 e nos decretos 464/69 e 465/69, visando transformar a Universidade em instituição de excelência pautada no ensino e na pesquisa para, concomitantemente, formar profissionais capacitados para atuarem no mercado de trabalho. Para alcançar este objetivo na dimensão desejada, levando em consideração a priorização de investimentos públicos em outras áreas, o governo militar apelou à iniciativa privada para ampliar o número de vagas no sistema de ensino superior. Assim, na década de 1970 houve uma expansão significativa neste sistema, alicerçado, fundamentalmente, nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. No entanto, no final dessa década, o governo proibiu a abertura de novas instituições desse tipo no país, tendo em vista que o seu crescimento foi meramente quantitativo, em detrimento da qualidade (Costa *et al*, 2011, p. 18,19). Por outro lado, o crescimento no número de matrículas totais no ensino superior foi notável nos últimos anos. Segundo dados do INEP o número de estudantes matriculados no ensino superior no Brasil, em 2013, foi de 6.152.405. Esse crescimento se deveu às políticas federais de expansão voltadas tanto ao ensino público superior, adotadas nos anos recentes, incluindo o programa

Expansão I¹ e o Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Federais² (Reuni ou Expansão II), criado em 2006. Políticas públicas com objetivo semelhante também foram adotadas para o ensino superior privado, como o Fundo de Financiamento Estudantil³ (Fies), criado em 2001, e o Programa Universidade Para Todos⁴ (Prouni), criado em 2005.

O presente estudo tem a seguinte estrutura: após esta introdução, na seção seguinte será apresentado um esboço da organização administrativa e acadêmica do ensino superior no Rio Grande do Sul. Na seção três será discutida, de modo sintético, a questão da interiorização do ensino superior. Também será feita uma exposição sucinta de algumas potenciais vantagens desse processo de interiorização. Nesta seção serão mostrados dados sobre o número de Instituições de Ensino Superior (IES), cursos, vagas, inscritos, matrículas e de ingressantes por categoria administrativa (IES em nível federal e estadual e IES privadas) no estado gaúcho, na capital e no interior. Ao final, serão feitas as considerações finais.

2. Organização administrativa e acadêmica do ensino superior no Rio Grande do Sul.

¹ Este programa abarcou o período 2003-2006. Uma das principais diretrizes, neste caso, era promover a interiorização do ensino superior público federal (Brasil, 2006, p. 11). No ano de 2006, foi publicado o documento intitulado *Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade. Período de 2003 a 2006*. Neste documento, foi planejada a implantação de 10 universidades federais, criação de 49 *Campi* nas cinco regiões do país, que permitissem criar 30.000 novas vagas em cursos de graduação nessas instituições, com o objetivo de incrementar a inclusão social, reduzir as desigualdades regionais, além de reorientar a organização do ensino superior no Brasil (Brasil, 2006, p.11).

² O Reuni foi instituído pelo decreto n. 6096, de 24 de abril de 2007, sendo parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A íntegra do decreto está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm (Acesso em 26 de setembro de 2016). Segundo o site do Reuni, neste plano “As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.” Para maiores informações, ver o link em <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em 16 de junho de 2016.

³ O Fies foi criado pela MP n° 1.827, de 27/05/99, e teve sua regulamentação efetuada pelas Portarias MEC n° 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. sendo institucionalizado, efetivamente, pela Lei 10.260 de 12 de julho de 2001, que está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm (Acesso em 26 de setembro de 2016). O Fies é um programa do MEC que tem o objetivo de financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em IES privadas. Podem acessar este financiamento todos os estudantes matriculados em IES privadas com avaliação positiva junto ao MEC. Para maiores informações, ver <http://sisfiesportal.mec.gov.br/> (Acesso em 26 de setembro de 2016).

⁴ O Prouni é um programa gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) que visa ao financiamento de bolsas integrais ou parciais para estudantes de IES privadas, que não tenham ainda diploma de curso superior, em até 50% do valor das mensalidades, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Ele foi criado pela Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo texto integral está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm (Acesso em 26 de setembro de 2016). Maiores detalhes do Prouni em http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo (Acesso em 26 de setembro de 2016).

A estrutura do ensino superior no RS, assim como nas demais unidades federativas, é regulada por leis federais, entre as quais a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996⁵, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), e o Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006⁶. Este decreto é o mais recente de uma série de outros anteriores, estes últimos revogados, que regulamentavam a disposição do ensino superior no Brasil. O quadro seguinte da legislação que regulamentou ou regulamenta a estrutura do ensino superior no Brasil, nos últimos vinte anos:

Quadro 1: Legislação sobre Estrutura do ensino superior no Brasil

| Legislação | Objetivo | Situação |
|---|---|-----------------|
| Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional | Em vigor |
| Decreto nº 2.207 de 15 de abril de 1997 | Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. | Revogado |
| Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997. | Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. | Revogado |
| Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001. | Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. | Revogado |
| Decreto nº 5.377 de 9 de maio de 2006 | Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. | Em vigor |

Fonte: Elaboração própria

⁵O texto integral da LDB/96 pode ser acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

⁶ Este decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. O texto do decreto está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79. Acesso em 26 de setembro de 2016.

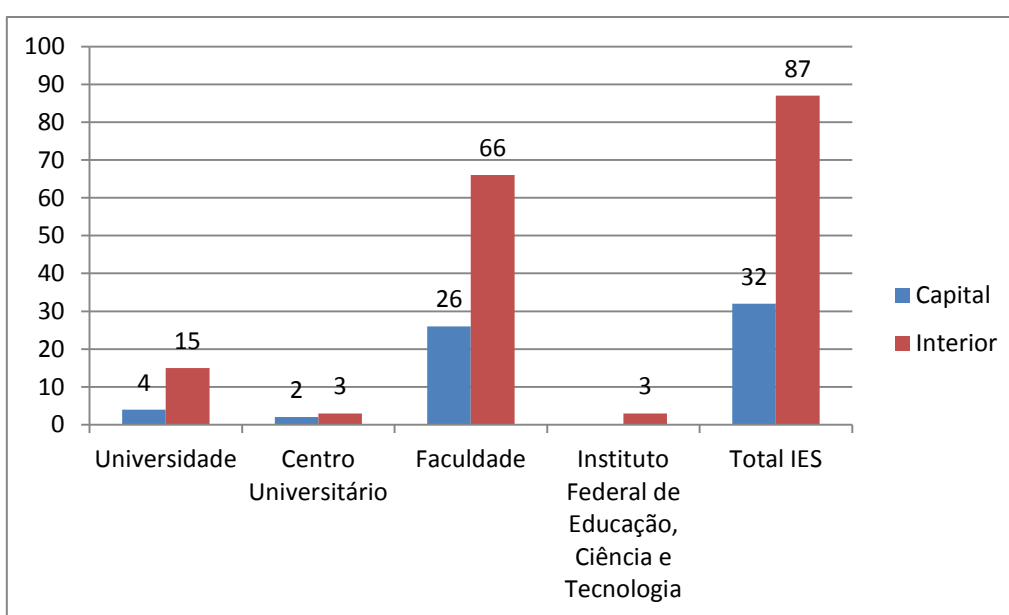
Quanto à natureza jurídica da organização administrativa, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil podem ser públicas ou privadas. No sistema de ensino superior, há outros dois subsistemas: o federal e o estadual. O federal engloba todas as IES de responsabilidade da União (Universidades federais, faculdades federais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia– IFs, e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs) vinculadas diretamente ao Ministério da Educação (MEC); além das IES privadas, que podem ser confessionais, filantrópicas e comunitárias. O sistema estadual de ensino superior inclui as IES de responsabilidade dos estados (Secretarias Estaduais de Educação) e dos municípios (Secretarias Municipais de Educação). Outra classificação divide ainda as IES em acadêmicas e tecnológicas. As IES acadêmicas se dividem em universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades. As tecnológicas englobam os CEFETs e as IFs. As IES tecnológicas têm como objetivo o atendimento de candidatos que queiram se inserir mais rapidamente no mercado de trabalho, em cursos que duram, geralmente, três anos e fornecem diploma de tecnólogo.

As universidades, por atribuição legal, tem como função principal a formação de mão de obra altamente qualificada, associando o ensino na graduação e Pós-graduação com pesquisa de alto nível. A pesquisa nas universidades, de acordo com os pressupostos da legislação (LDB/96, artigo 52, III), deve ser realizada por significativo percentual de professores mestres ou doutores com dedicação integral. Porém, na prática, nem sempre as universidades cumprem este papel, principalmente as da iniciativa privada, por darem preferência ao ensino da graduação, em detrimento da pesquisa, por razões de custos (FAPESP, 2011, p.11). Isso porque a realização de pesquisas, notadamente aquelas que resultam em inovação, demanda elevados investimentos em infraestrutura de laboratórios, máquinas, equipamentos e capital humano qualificado. Aliados à restrição dos altos custos das pesquisas, existe a questão da escassez de capital. Assim, no Brasil, ao contrário do papel especificado na legislação⁷, é reduzido o número de universidades privadas que oferecem ensino aliado à pesquisa sistemática. Esta fica a cargo, na maior parte dos casos, das universidades públicas, especialmente as federais, como é o caso, no RS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma das principais do país. Por outro lado, os centros universitários são instituições voltadas para o ensino de graduação, que, em caso de

⁷ A Lei 539/69, complementada pelos decretos 464/69 e 465/69, prevê que a universidade ofereça um ensino superior de excelência, multifuncional, polivalente, aliado à pesquisa (Costa, 2011, p. 18).

comprovada qualidade de seus cursos, fariam jus a uma maior autonomia. Na prática, poucos centros universitários apresentam essas características. Muitas IES, principalmente as faculdades isoladas, oferecem apenas cursos noturnos, de baixo custo, visando a atender, preferencialmente, uma demanda formada por estudantes que exercem ocupações profissionais diurnas (FAPESP, 2011, p.11). O gráfico 1 a seguir mostra o número de IES por organização acadêmica no RS, no ano de 2013, na capital e no interior.

Gráfico 1: Número de IES, por organização acadêmica, na capital e interior do RS (2013)



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

De acordo com o gráfico 1, em 2013 existiam 119 IES no RS, sendo que 32 estavam localizadas na capital e 87 no interior. Das 19 universidades existentes, 4 estavam sediadas em Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). As demais 15 universidades estão localizadas fora da capital. As duas primeiras universidades citadas são instituições públicas federais, a terceira é uma instituição pública estadual e a quarta é uma IES privada sem fins lucrativos. Dois centros universitários estavam sediados na capital gaúcha: Centro Universitário Metodista (IPA), IES privada sem fins lucrativos, e Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER), instituição privada com fins lucrativos. Outros três centros universitários estavam localizados fora da capital gaúcha: Centro Universitário

La Salle (UNISALLE), localizado no município de Canoas; Centro Universitário Univates (UNIVATES), sediado em Lajeado; e Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), localizado em Santa Maria. Esses três centros universitários são IES privadas sem fins lucrativos. O número de faculdades era de 26 na capital e 66 no interior. Os três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do RS estão localizados no interior: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), sediado em Bento Gonçalves, Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), localizado em Santa Maria, e Instituto Federal Sul Rio Grandense (IFSul), sediado em Pelotas. Esses três IFs foram criados por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008⁸.

Os cursos nas IES, em termos de níveis de ensino, podem ser enquadrados nas seguintes categorias (FAPESP, 2011, cap. 2, p.9,10): a) sequenciais, b) graduação (bacharelado e licenciatura), c) Pós-graduação – aperfeiçoamento, *lato sensu* (especialização e MBA) – ou *stricto sensu* (mestrado acadêmico e profissional, doutorado e pós-doutorado), d) extensão e e) ensino à distância (EAD) . No conjunto das IES acadêmicas, as universidades públicas tem um papel de destaque em fornecer ensino de graduação e de Pós-graduação de qualidade aliado à pesquisa. Comumente são essas instituições as que possuem os cursos mais bem avaliados dentre as IES acadêmicas. A Pós-graduação em nível *stricto sensu* no Brasil é o segmento melhor sucedido em termos de desempenho (FAPESP, 2011, cap. 2, p.9).

Na próxima seção será discutida a questão da interiorização do ensino superior no RS, com base em dados do número de IES, cursos, vagas, inscritos, matrículas e ingressos.

3. Interiorização do ensino superior no RS

Desde a criação das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, uma de suas características mais marcantes, quanto à localização geográfica, foi que se concentravam, principalmente, próximas ao litoral e/ou nos maiores centros urbanos, especialmente nas capitais, entre as quais Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. O modelo de desenvolvimento adotado até então privilegiava a concentração demográfica nas capitais, restringindo o acesso ao ensino superior aos habitantes dessas regiões, em detrimento daqueles residentes em outras localidades, os quais tinham de se deslocar

⁸A íntegra da lei pode ser acessada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

aos centros mais populosos caso quisessem obter educação terciária. Evidentemente esse tipo de modelo acentuava as desigualdades socioeconômicas e regionais.

A desconcentração geográfica do ensino superior brasileiro começou por volta do início da década de 1950, de modo bastante modesto. Na década de 70 foram criadas universidades federais na maioria dos estados brasileiros, onde se verifica um processo de regionalização do ensino superior, com universidades sendo instaladas em cidades de médio porte, além do estabelecimento de vários *Campi* em cidades do interior (Rodriguez e Martins, 2005, p.46). Esse fenômeno continuou em marcha lenta até a década de 1990, em que houve uma reversão no cenário de baixo crescimento das vagas, quando já existiam cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários. A partir desse período, houve uma expansão significativa do ensino superior no Brasil, simultaneamente a um processo de desconcentração geográfica das IES. Esse processo tem como um dos seus principais benefícios o atendimento, em nível local, da crescente demanda por educação terciária de estudantes oriundos de cidades pequenas e médias localizadas fora das regiões metropolitanas.

É importante ressaltar que o conceito de “interior”, utilizado neste artigo, conforme dito na introdução, é o mesmo empregado pelo INEP em seus estudos e séries estatísticas: todo o espaço geográfico fora da capital de uma unidade federativa estadual. Assim, o conceito de interior, aplicado neste trabalho, engloba todos os municípios, exceto Porto Alegre, em que há ensino superior. O processo de estruturação do ensino superior no Rio Grande do Sul, segundo Caberlon (1997, p.143) teve duas fases distintas: um período de concentração espacial em Porto Alegre (1930-1960) e um período subsequente de interiorização. Esse segundo movimento começa com a instalação de IES comunitárias, em meados do século XX, que indicam, inicialmente, a ausência do poder público e são importantes no contexto regional (Lauxen, 2012, p.9). É o caso do Centro Universitário Franciscano (Unifra), fundado em 1955, em Santa Maria, município que também recebeu a UFSM, em 1960, neste caso já com a intervenção do poder público federal. Em 1969, são criadas mais duas IES federais fora de Porto Alegre: a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Segundo Marques e Cepêda (2012, p.173), a interiorização do ensino superior implica em um movimento de expansão das IES, cursos e vagas para além da territorialidade dos grandes centros urbanos, como capitais e grandes cidades, rumo às periferias metropolitanas e regiões de fronteira, de duas formas: a) implantando *campus*

de IES já existentes em regiões mais afastadas ou menos desenvolvidas, como é o caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e b) criando novas IES e novas vagas para facilitar o acesso ao ensino superior naquelas regiões, como é o caso da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, tal movimento facilita o acesso a esse nível de ensino aos candidatos que, de outra forma, só teriam como alternativa buscar uma vaga em IES localizadas em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, em outras capitais ou grandes cidades do Brasil. Isso permite que os estudantes que moram fora dessas cidades economizem com custos de transporte, moradia, alimentação, dentre outros gastos. Sem acesso ao ensino superior em seus locais de origem, os estudantes interioranos, ou suas famílias, teriam que arcar com aquelas despesas para poderem estudar na capital ou em outros grandes centros urbanos. Além disso, antes da desconcentração geográfica do ensino superior no RS, os candidatos do interior tinham que competir em condições de desvantagem, com candidatos residentes na capital, no acesso aos cursos mais disputados das melhores IES. Essa desvantagem relaciona-se ao fato de os candidatos da capital, geralmente, terem maior possibilidade de acesso às melhores escolas e cursinhos preparatórios ao vestibular, relativamente aos candidatos do interior.

Outros potenciais aspectos positivos da interiorização do ensino superior são:

a) Ampliação e fortalecimento do mercado de trabalho dos municípios interioranos com a possibilidade de fixação de mão de obra altamente qualificada. Sem a interiorização, é provável que muitos dos estudantes que concluem seus cursos superiores em grandes centros não retornem aos seus locais de origem;

b) Dinamização da economia local e expansão do mercado consumidor do interior, como consequência da instalação de novos negócios e empreendimentos, em diversos segmentos produtivos, para atender ao aumento da demanda, em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs); e também como efeito do gasto dos salários de professores, funcionários e alunos nos próprios municípios do interior;

c) Estabelecimento de parques e incubadoras tecnológicas, impulsionando, no interior, a inovação, através da geração de novos produtos, processos e serviços;

d) Instalação de equipamentos educacionais de nível mais sofisticado, permitindo a prestação de serviços de ensino e extensão de qualidade às comunidades interioranas.

Sobre o item b, no que tange à criação de IES interioranas em sintonia com APLs já existentes, é importante dizer que o investimento na geração de conhecimento, representado pelas IES, é condizente com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, o que reforçaria o potencial de geração de riquezas dos APLs. Paulo Burcci lembra que a política de expansão das IES está ligada aos APLs (*apud* Ferreira, 2010, p.46). Tal foi o interesse do governo federal ao condicionar a instalação de novas IES no interior buscando o atendimento das demandas de mão de obra dos APLs, por meio de políticas públicas como o programa Expansão I e o Reuni. Firmino (2014, p.16) aponta que o Reuni se configura como uma política de incentivo ao desenvolvimento de APLs.

Uma das principais diretrizes do programa Expansão I era promover a interiorização do ensino superior público federal (Brasil, 2006, p. 11). No ano de 2006, foi publicado o documento intitulado *Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade. Período de 2003 a 2006*. Neste documento, foi planejada a implantação de 10 universidades federais, criação de 49 *Campi* nas cinco regiões do país, que permitissem criar 30.000 novas vagas em cursos de graduação nessas instituições, com o objetivo de incrementar a inclusão social, reduzir as desigualdades regionais, construir um modelo de desenvolvimento sustentável apto a harmonizar crescimento econômico aliado à justiça social e equilíbrio do meio ambiente (Brasil, 2006, p.11). Além disso, o programa conclamava explicitamente as IFES a agirem em uníssono com as vocações e culturas regionais.

Já o Reuni, ou Expansão II, como sequência ao programa Expansão I, foi criado tendo em vista o objetivo contido no Plano Nacional de Educação de 2001, que era o de alcançar, pelo menos, 30% de matrículas, no ensino superior, dos jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos. O programa previa que o processo de expansão das IFES se daria por três formas: a) aumento de vagas em IFES já estabelecidas, b) acréscimo de vagas, criação de novos *Campi* e de novos cursos em IFES já existentes e c) implantação de novas IFES (Marques e Cepeda, 2012, p.173). Em resumo, o programa implicava em melhoria da eficiência alocativa da utilização de recursos. O programa Expansão I das IFES e o Reuni tiveram como resultado uma considerável expansão no número dessas instituições. Também houve significativo aumento no número de *Campi* de IFES no interior do Brasil. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, segundo os dados fornecidos pelo INEP, entre 2003 a 2013, o número de IFES, em todo o Brasil, cresceu de 83 para 99, e o número de *Campi* passou de 148 para 274. Assim, o total de

municípios brasileiros com no mínimo um *Campus*, ligados a IFES, cresceu de 114 para 272 entre 2003 e 2010. Mais adiante serão tecidos comentários sobre os possíveis efeitos do programa Expansão I e do Reuni sobre a expansão do ensino superior no RS.

A terceira fase do programa de expansão universitária do governo federal, ou Expansão III, foi delineada em agosto de 2011 (MEC, 2011). O objetivo principal era a abertura de 250.000 vagas nas IFES até 2014. Nesse contexto, foi planejada a criação de quatro universidades federais no Pará, no Ceará e na Bahia e a abertura de 47 *Campi* universitários. Desses, 20 seriam instalados até 2012, e os restantes 27 até 2014. Essa terceira fase da expansão do ensino superior federal teve como foco espacial o atendimento dos chamados Territórios da Cidadania, com base em critérios que incluíam baixos índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e porcentagens de jovens de 14 a 18 anos matriculados nas séries finais da educação fundamental. Os municípios também foram escolhidos por outros critérios, como alta porcentagem de extrema pobreza, população acima de 50.000 habitantes e existências de APLs. Assim, é nesta terceira fase da expansão universitária em que se vincula explicitamente a instalação de novos *Campi* e novas IFES à existência prévia de APLs no local escolhido para receber a expansão (MEC, 2011).

Segundo Silva e Ourique (2012, p. 216) “além de instrumento político e ideológico de abertura a novos mercados, a educação superior é um caminho para o desenvolvimento social com justiça e bem-estar”. Espera-se também que a fixação de capital humano de alto nível em municípios do interior tenha como potencial resultado a geração de outras externalidades positivas, melhorando a qualidade de vida, pois facilita e induz, por exemplo, a atração de investimentos, com a subsequente geração de emprego e renda, dinamizando cadeias produtivas, permitindo, em um círculo virtuoso, alavancar o desenvolvimento regional e municipal, ensejando a desconcentração econômica de recursos que seriam alocados, de outro modo, por questões de escala, nos grandes centros localizados nas regiões metropolitanas.

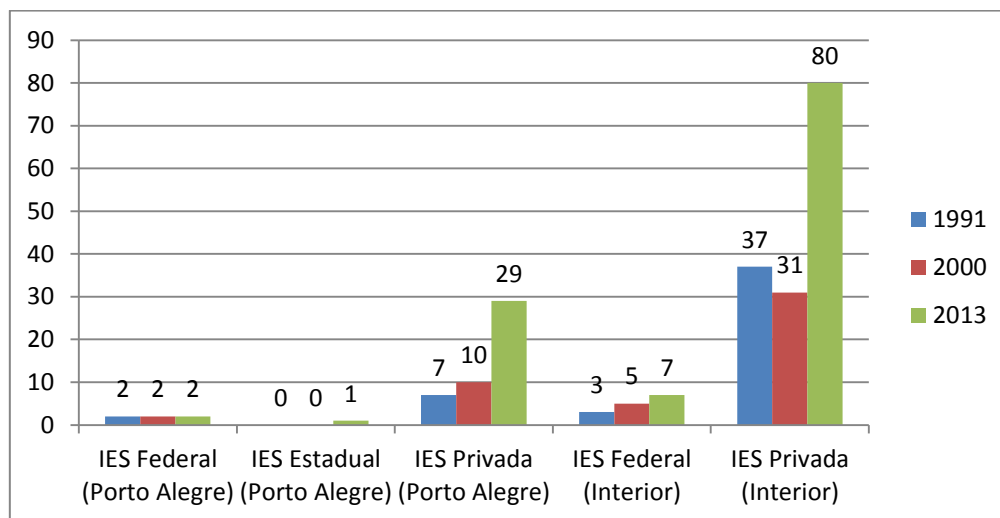
Fatores vários, como critérios geopolíticos, podem prejudicar a consecução do objetivo de fixar a mão de obra local e de dinamizar a economia local nos municípios com IES instaladas em seus territórios. Um exemplo é o caso do município de Santa Maria, coração geográfico do estado do Rio Grande do Sul, que é sede uma universidade federal, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 1960. Esta foi a primeira universidade brasileira a ser estabelecida no interior do país, pioneira no processo de interiorização do ensino superior federal no Brasil, em uma época na

qual esse tipo de instituição existia apenas nas capitais brasileiras (Rossato, 1997, p.291; Estrada, 2009, p.38). O regime militar instalado em 1964 transformou Santa Maria em Área de Segurança Nacional, proibindo a instalação de grandes indústrias no município. Muitas unidades militares estão instaladas na cidade. O resultado foi que Santa Maria passou a sofrer um processo acentuado de esvaziamento econômico⁹ e de capital humano, um *brain drain* que instigou a migração de mão de obra altamente qualificada, formada na UFSM, que poderia ter se fixado no município, para outras cidades com melhores oportunidades, incluindo Porto Alegre (Grisa, 2009, p. 106,107).

Segundo o INEP, em 1991 o RS tinha 49 IES no total. O gráfico 2, mostrado adiante, sumariza a expansão do número de IES no RS, na capital e no interior. Ao final da década de 90, no ano 2000, o número de IES no RS caiu para 48. A partir de 2001, quando o número de IES no RS subiu para 51, ocorreu uma reversão no ritmo de declínio e surgiu uma tendência de significativo crescimento no número de IES gaúchas. Em 2013 havia, no total, 119 IES no RS, espalhadas em 41 municípios gaúchos, incluindo Porto Alegre, em função das novas políticas públicas, em nível federal, como o Fies e o Prouni que contribuíram significativamente para a expansão do número das IES privadas, e do Reuni, que permitiu o surgimento de IES federais, como a UNIPAMPA . Nesse novo contexto, se verificou um crescimento mais expressivo, tanto em termos absolutos como em termos relativos, no número de IES no RS, na capital e no interior do Estado.

⁹ Como comparação, a renda *per capita* de Santa Maria (R\$ 20.847,16), em 2013, era significativamente inferior, por exemplo, à renda *per capita* do RS (R\$ 29.657,28, 21) e da capital, Porto Alegre (R\$ 39.091,64). Dos vinte municípios gaúchos com mais de 100.000 habitantes, Santa Maria possuía renda *per capita* que a colocava em 13º lugar no *ranking*. Entre os 487 municípios do RS, Santa Maria estava, em 2013, em um modesto 287º lugar segundo esse critério. Informação disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>. Acesso em 31/06/2016.

Gráfico 2: Evolução do número de IES, por categoria administrativa, na capital e interior do RS



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

No gráfico 2 pode ser observado, nitidamente, que a expansão das IES no RS, entre os anos de 1991 e 2013, foi sustentada, basicamente, pelo crescimento numérico de IES privadas. O número de IES federais em Porto Alegre, em 2013, foi o mesmo de 1991: duas instituições, que são a UFRGS e a UFCSPA. Há uma universidade estadual com sede localizada na capital gaúcha, que é a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), criada em 2001. Houve uma significativa expansão no número de IES privadas na capital, que eram em número de 7 em 1991, aumentando para 29 em 2013 (crescimento de 314,3%).

Após um período de retração na década de 90, em que o número de IES privadas caiu de 37 para 31, houve, a partir do ano 2000, aumento significativo no número dessas instituições localizadas no interior do RS. Como resultado desse processo, o número de IES interioranas privadas no RS aumentou de 34, em 2001, para 80 em 2013 (crescimento de 135,2%). Concomitantemente a este fenômeno, houve também aumento no número de IES públicas no interior por duas vias distintas: a) instalação de novos *campi* da UERGS, que é a única IES estadual gaúcha, sediada na capital, com vinte e quatro *campi* espalhados por todo o território do RS¹⁰ e b) a abertura de mais quatro IES federais. Foi somadas às já existentes universidades federais de Santa Maria – UFSM

¹⁰ A UERGS foi fundada em 10 de julho de 2001 e seus *campi* estão localizados nos seguintes municípios: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Osório, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga, Soledade, Tapes, Três Passos, Vacaria. Informações obtidas em <http://www.uergs.edu.br/index.php?action=estruturaFisica.php> (acesso em 21/06/2016).

(fundada em 1960), Pelotas - UFPEL e do Rio Grande – FURG (ambas fundadas em 1969), a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, por meio da Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008¹¹. Também foram criados três IFs, conforme mencionado na seção anterior: IFRS, IFFarroupilha e IFSul. Além disso, foram criados os *Campi* localizados nos municípios gaúchos de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), implantada em 2009, cuja sede fica no município catarinense de Chapecó. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio do Reuni, também teve quatro novos *Campi* criados nos municípios de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Palmeiras das Missões e Silveira Martins. Todas essas iniciativas estão contribuindo para a interiorização do ensino superior no RS.

Adiante, nas tabelas 1 e 2, são apresentados os dados sobre a evolução do número de IES na capital e no interior do RS, no período de 1991 a 2013, de forma mais detalhada. Nas duas tabelas, pode ser observado o predomínio das IES privadas sobre as IES públicas, na capital, com 90,6% do total de instituições, e no interior, com 92,0% do total de instituições para o ano de 2013.

¹¹A íntegra da lei pode ser acessada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

Tabela 1– Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-----|----------|-----|---------|------|---------|-------|-------|-------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 2 | - | - | - | 2 | - | 7 | - | 9 | - | 22,2 | - | 77,8 | - |
| 1992 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 7 | 0,0 | 9 | 0,0 | 22,2 | 0,0 | 77,8 | 0,0 |
| 1993 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 6 | -14,3 | 8 | -11,1 | 25,0 | 12,5 | 75,0 | -3,6 |
| 1994 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 7 | 16,7 | 9 | 12,5 | 22,2 | -11,1 | 77,8 | 3,7 |
| 1995 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 7 | 0,0 | 9 | 0,0 | 22,2 | 0,0 | 77,8 | 0,0 |
| 1996 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 6 | -14,3 | 8 | -11,1 | 25,0 | 12,5 | 75,0 | -3,6 |
| 1997 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 8 | 33,3 | 10 | 25,0 | 20,0 | -20,0 | 80,0 | 6,7 |
| 1998 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 8 | 0,0 | 10 | 0,0 | 20,0 | 0,0 | 80,0 | 0,0 |
| 1999 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 9 | 12,5 | 11 | 10,0 | 18,2 | -9,1 | 81,8 | 2,3 |
| 2000 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 10 | 11,1 | 12 | 9,1 | 16,7 | -8,3 | 83,3 | 1,9 |
| 2001 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 10 | 0,0 | 12 | 0,0 | 16,7 | 0,0 | 83,3 | 0,0 |
| 2002 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 11 | 10,0 | 13 | 8,3 | 15,4 | -7,7 | 84,6 | 1,5 |
| 2003 | 2 | 0,0 | - | - | 2 | 0,0 | 15 | 36,4 | 17 | 30,8 | 11,8 | -23,5 | 88,2 | 4,3 |
| 2004 | 2 | 0,0 | 1 | - | 3 | 50,0 | 17 | 13,3 | 20 | 17,6 | 15,0 | 27,5 | 85,0 | -3,7 |
| 2005 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 23 | 35,3 | 26 | 30,0 | 11,5 | -23,1 | 88,5 | 4,1 |
| 2006 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 25 | 8,7 | 28 | 7,7 | 10,7 | -7,1 | 89,3 | 0,9 |
| 2007 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 26 | 4,0 | 29 | 3,6 | 10,3 | -3,4 | 89,7 | 0,4 |
| 2008 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 25 | -3,8 | 28 | -3,4 | 10,7 | 3,6 | 89,3 | -0,4 |
| 2009 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 27 | 8,0 | 30 | 7,1 | 10,0 | -6,7 | 90,0 | 0,8 |
| 2010 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 26 | -3,7 | 29 | -3,3 | 10,3 | 3,4 | 89,7 | -0,4 |
| 2011 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 26 | 0,0 | 29 | 0,0 | 10,3 | 0,0 | 89,7 | 0,0 |
| 2012 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 28 | 7,7 | 31 | 6,9 | 9,7 | -6,5 | 90,3 | 0,7 |
| 2013 | 2 | 0,0 | 1 | 0,0 | 3 | 0,0 | 29 | 3,6 | 32 | 3,2 | 9,4 | -3,1 | 90,6 | 0,3 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Tabela 2– Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no RS (Interior)

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|----|---------|-------|---------|-------|-------|-------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 3 | – | – | – | 3 | – | 37 | – | 40 | – | 7.5 | – | 92.5 | – |
| 1992 | 3 | 0.0 | – | – | 3 | 0.0 | 34 | -8.1 | 37 | -7.5 | 8.1 | 8.1 | 91.9 | -0.7 |
| 1993 | 3 | 0.0 | – | – | 3 | 0.0 | 34 | 0.0 | 37 | 0.0 | 8.1 | 0.0 | 91.9 | 0.0 |
| 1994 | 3 | 0.0 | – | – | 3 | 0.0 | 31 | -8.8 | 34 | -8.1 | 8.8 | 8.8 | 91.2 | -0.8 |
| 1995 | 4 | 33.3 | – | – | 4 | 33.3 | 31 | 0.0 | 35 | 2.9 | 11.4 | 29.5 | 88.6 | -2.9 |
| 1996 | 4 | 0.0 | – | – | 4 | 0.0 | 31 | 0.0 | 35 | 0.0 | 11.4 | 0.0 | 88.6 | 0.0 |
| 1997 | 4 | 0.0 | – | – | 4 | 0.0 | 27 | -12.9 | 31 | -11.4 | 12.9 | 12.9 | 87.1 | -1.7 |
| 1998 | 4 | 0.0 | – | – | 4 | 0.0 | 30 | 11.1 | 34 | 9.7 | 11.8 | -8.8 | 88.2 | 1.3 |
| 1999 | 4 | 0.0 | – | – | 4 | 0.0 | 29 | -3.3 | 33 | -2.9 | 12.1 | 3.0 | 87.9 | -0.4 |
| 2000 | 5 | 25.0 | – | – | 5 | 25.0 | 31 | 6.9 | 36 | 9.1 | 13.9 | 14.6 | 86.1 | -2.0 |
| 2001 | 5 | 0.0 | – | – | 5 | 0.0 | 34 | 9.7 | 39 | 8.3 | 12.8 | -7.7 | 87.2 | 1.2 |
| 2002 | 5 | 0.0 | – | – | 5 | 0.0 | 42 | 23.5 | 47 | 20.5 | 10.6 | -17.0 | 89.4 | 2.5 |
| 2003 | 6 | 20.0 | – | – | 6 | 20.0 | 51 | 21.4 | 57 | 21.3 | 10.5 | -1.1 | 89.5 | 0.1 |
| 2004 | 6 | 0.0 | – | – | 6 | 0.0 | 57 | 11.8 | 63 | 10.5 | 9.5 | -9.5 | 90.5 | 1.1 |
| 2005 | 7 | 16.7 | – | – | 7 | 16.7 | 66 | 15.8 | 73 | 15.9 | 9.6 | 0.7 | 90.4 | -0.1 |
| 2006 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 67 | 1.5 | 74 | 1.4 | 9.5 | -1.4 | 90.5 | 0.1 |
| 2007 | 8 | 14.3 | – | – | 8 | 14.3 | 63 | -6.0 | 71 | -4.1 | 11.3 | 19.1 | 88.7 | -2.0 |
| 2008 | 7 | -12.5 | – | – | 7 | -12.5 | 64 | 1.6 | 71 | 0.0 | 9.9 | -12.5 | 90.1 | 1.6 |
| 2009 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 70 | 9.4 | 77 | 8.5 | 9.1 | -7.8 | 90.9 | 0.9 |
| 2010 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 74 | 5.7 | 81 | 5.2 | 8.6 | -4.9 | 91.4 | 0.5 |
| 2011 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 75 | 1.4 | 82 | 1.2 | 8.5 | -1.2 | 91.5 | 0.1 |
| 2012 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 77 | 2.7 | 84 | 2.4 | 8.3 | -2.4 | 91.7 | 0.2 |
| 2013 | 7 | 0.0 | – | – | 7 | 0.0 | 80 | 3.9 | 87 | 3.6 | 8.0 | -3.4 | 92.0 | 0.3 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

A evolução do número de cursos das IES do RS, na capital e no interior, está mostrada, logo adiante, nas tabelas 3 e 4, respectivamente. Nota-se claramente a significativa expansão da quantidade de cursos que houve ao longo do período. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da capital, o número de cursos subiu de 35, em 1991, para 119 em 2013, resultando em crescimento de 240,0%. Em 2009, o número de cursos nessas instituições quase dobrou em relação ao número de cursos do ano anterior. Em 2013, a UERGS oferecia apenas 2 cursos na capital. No caso das IES privadas de Porto Alegre, o aumento foi bastante superior ao que ocorreu no caso das IFES: 516,7%, tendo o número de cursos aumentado de 42 para 259 ao final do período. Dessa forma, a participação relativa das IES privadas da capital, no total de cursos, cresceu de 54,5% para 68,2%.

No interior, houve um crescimento ainda mais acelerado no número de cursos relativamente ao que ocorreu na capital, tanto nas IES públicas como nas IES privadas. Nas federais, o número de cursos aumentou de 84 para 449, resultando em crescimento de 434,5%, demonstrando, mais uma vez, a adequação das iniciativas do governo federal que tiveram como objetivo incentivar a interiorização do ensino superior público, como o Expansão I e o Reuni. Nesse contexto, nota-se o quanto a UERGS tem um número muito maior de cursos em seus *Campi* do interior em relação ao *Campus* da capital. O número de cursos das IES privadas do interior, por outro lado, teve um crescimento de 291,1% no período, resultado inferior ao desempenho das federais, passando de 391 para 1.369. Esse fenômeno teve como consequência o avanço de participação relativa das IES públicas no total de cursos no interior, que aumentou de 19,4%, em 1991, para 26,9% em 2013. No entanto, tanto em termos absolutos como em termos relativos, nota-se que o número total de cursos nas IES privadas ainda se mantém em patamar significativamente superior ao do número de cursos das IES públicas, principalmente no caso do interior.

Tabela 3 – Número de cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|-------|---------|-------|---------|------|-------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| 1991 | 35 | – | – | – | 35 | – | 42 | – | 77 | – | 45,5 | – | 54,5 | – |
| 1992 | 35 | 0,0 | – | – | 35 | 0,0 | 45 | 7,1 | 80 | 3,9 | 43,8 | -3,8 | 56,3 | 3,1 |
| 1993 | 34 | -2,9 | – | – | 34 | -2,9 | 43 | -4,4 | 77 | -3,8 | 44,2 | 0,9 | 55,8 | -0,7 |
| 1994 | 34 | 0,0 | – | – | 34 | 0,0 | 46 | 7,0 | 80 | 3,9 | 42,5 | -3,8 | 57,5 | 3,0 |
| 1995 | 45 | 32,4 | – | – | 45 | 32,4 | 47 | 2,2 | 92 | 15,0 | 48,9 | 15,1 | 51,1 | -11,2 |
| 1996 | 46 | 2,2 | – | – | 46 | 2,2 | 52 | 10,6 | 98 | 6,5 | 46,9 | -4,0 | 53,1 | 3,9 |
| 1997 | 36 | -21,7 | – | – | 36 | -21,7 | 47 | -9,6 | 83 | -15,3 | 43,4 | -7,6 | 56,6 | 6,7 |
| 1998 | 37 | 2,8 | – | – | 37 | 2,8 | 49 | 4,3 | 86 | 3,6 | 43,0 | -0,8 | 57,0 | 0,6 |
| 1999 | 54 | 45,9 | – | – | 54 | 45,9 | 56 | 14,3 | 110 | 27,9 | 49,1 | 14,1 | 50,9 | -10,6 |
| 2000 | 62 | 14,8 | – | – | 62 | 14,8 | 63 | 12,5 | 125 | 13,6 | 49,6 | 1,0 | 50,4 | -1,0 |
| 2001 | 62 | 0,0 | – | – | 62 | 0,0 | 64 | 1,6 | 126 | 0,8 | 49,2 | -0,8 | 50,8 | 0,8 |
| 2002 | 63 | 1,6 | – | – | 63 | 1,6 | 75 | 17,2 | 138 | 9,5 | 45,7 | -7,2 | 54,3 | 7,0 |
| 2003 | 63 | 0,0 | – | – | 63 | 0,0 | 86 | 14,7 | 149 | 8,0 | 42,3 | -7,4 | 57,7 | 6,2 |
| 2004 | 66 | 4,8 | 1 | – | 67 | 6,3 | 95 | 10,5 | 162 | 8,7 | 41,4 | -2,2 | 58,6 | 1,6 |
| 2005 | 67 | 1,5 | 1 | 0,0 | 68 | 1,5 | 120 | 26,3 | 188 | 16,0 | 36,2 | -12,5 | 63,8 | 8,8 |
| 2006 | 69 | 3,0 | 1 | 0,0 | 70 | 2,9 | 134 | 11,7 | 204 | 8,5 | 34,3 | -5,1 | 65,7 | 2,9 |
| 2007 | 70 | 1,4 | 1 | 0,0 | 71 | 1,4 | 151 | 12,7 | 222 | 8,8 | 32,0 | -6,8 | 68,0 | 3,5 |
| 2008 | 72 | 2,9 | 1 | – | 73 | 2,8 | 157 | 4,0 | 230 | 3,6 | 31,7 | -0,8 | 68,3 | 0,4 |
| 2009 | 134 | 86,1 | 2 | 100,0 | 136 | 86,3 | 193 | 22,9 | 329 | 43,0 | 41,3 | 30,2 | 58,7 | -14,1 |
| 2010 | 122 | -9,0 | 2 | 0,0 | 124 | -8,8 | 207 | 7,3 | 331 | 0,6 | 37,5 | -9,4 | 62,5 | 6,6 |
| 2011 | 127 | 4,1 | 2 | 0,0 | 129 | 4,0 | 227 | 9,7 | 356 | 7,6 | 36,2 | -3,3 | 63,8 | 2,0 |
| 2012 | 122 | -3,9 | 3 | 50,0 | 125 | -3,1 | 251 | 10,6 | 376 | 5,6 | 33,2 | -8,3 | 66,8 | 4,7 |
| 2013 | 119 | -2,5 | 2 | -33,3 | 121 | -3,2 | 259 | 3,2 | 380 | 1,1 | 31,8 | -4,2 | 68,2 | 2,1 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Tabela 4– Número de cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no interior do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|-------|---------|-------|---------|------|-------|-------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 84 | – | – | – | 84 | – | 350 | – | 434 | – | 19,4 | – | 80,6 | – |
| 1992 | 80 | -4,8 | – | – | 80 | -4,8 | 373 | 6,6 | 453 | 4,4 | 17,7 | -8,8 | 82,3 | 2,1 |
| 1993 | 81 | 1,3 | – | – | 81 | 1,3 | 423 | 13,4 | 504 | 11,3 | 16,1 | -9 | 83,9 | 1,9 |
| 1994 | 82 | 1,2 | – | – | 82 | 1,2 | 458 | 8,3 | 540 | 7,1 | 15,2 | -5,5 | 84,8 | 1,1 |
| 1995 | 120 | 46,3 | – | – | 120 | 46,3 | 500 | 9,2 | 620 | 14,8 | 19,4 | 27,5 | 80,6 | -4,9 |
| 1996 | 115 | -4,2 | – | – | 115 | -4,2 | 513 | 2,6 | 628 | 1,3 | 18,3 | -5,4 | 81,7 | 1,3 |
| 1997 | 85 | -26,1 | – | – | 85 | -26,1 | 462 | -9,9 | 547 | -12,9 | 15,5 | -15,1 | 84,5 | 3,4 |
| 1998 | 86 | 1,2 | – | – | 86 | 1,2 | 529 | 14,5 | 615 | 12,4 | 14 | -10 | 86 | 1,8 |
| 1999 | 115 | 33,7 | – | – | 115 | 33,7 | 640 | 21 | 755 | 22,8 | 15,2 | 8,9 | 84,8 | -1,5 |
| 2000 | 120 | 4,3 | – | – | 120 | 4,3 | 704 | 10 | 824 | 9,1 | 14,6 | -4,4 | 85,4 | 0,8 |
| 2001 | 123 | 2,5 | – | – | 123 | 2,5 | 767 | 8,9 | 890 | 8,0 | 13,8 | -5,1 | 86,2 | 0,9 |
| 2002 | 124 | 0,8 | – | – | 124 | 0,8 | 828 | 8 | 952 | 7,0 | 13 | -5,8 | 87 | 0,9 |
| 2003 | 122 | -1,6 | – | – | 122 | -1,6 | 873 | 5,4 | 995 | 4,5 | 12,3 | -5,9 | 87,7 | 0,9 |
| 2004 | 131 | 7,4 | 47 | – | 178 | 45,9 | 922 | 5,6 | 1.100 | 10,6 | 16,2 | 32 | 83,8 | -4,5 |
| 2005 | 134 | 2,3 | 48 | 2,1 | 182 | 2,2 | 980 | 6,3 | 1.162 | 5,6 | 15,7 | -3,2 | 84,3 | 0,6 |
| 2006 | 157 | 17,2 | 64 | 33,3 | 221 | 21,4 | 1.007 | 2,8 | 1.228 | 5,7 | 18 | 14,9 | 82 | -2,8 |
| 2007 | 191 | 21,7 | 64 | 0 | 255 | 15,4 | 1.093 | 8,5 | 1.348 | 9,8 | 18,9 | 5,1 | 81,1 | -1,1 |
| 2008 | 222 | 16,2 | 64 | 0 | 286 | 12,2 | 1.119 | 2,4 | 1.405 | 4,2 | 20,4 | 7,6 | 79,6 | -1,8 |
| 2009 | 296 | 33,3 | 65 | 1,6 | 361 | 26,2 | 1.337 | 19,5 | 1.698 | 20,9 | 21,3 | 4,4 | 78,7 | -1,1 |
| 2010 | 384 | 29,7 | 56 | -13,8 | 440 | 21,9 | 1.352 | 1,1 | 1.792 | 5,5 | 24,6 | 15,5 | 75,4 | -4,2 |
| 2011 | 410 | 6,8 | 53 | -5,4 | 463 | 5,2 | 1.379 | 2 | 1.842 | 2,8 | 25,1 | 2,4 | 74,9 | -0,8 |
| 2012 | 437 | 6,6 | 48 | -9,4 | 485 | 4,8 | 1.401 | 1,6 | 1.886 | 2,4 | 25,7 | 2,3 | 74,3 | -0,8 |
| 2013 | 449 | 2,7 | 56 | 16,7 | 505 | 4,1 | 1.369 | -2,3 | 1.874 | -0,6 | 26,9 | 4,8 | 73,1 | -1,7 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Nesse panorama de expansão das IES e do número de cursos superiores no RS, nas tabelas 5 e 6 pode ser notado que, na capital e no interior, houve um crescimento muito expressivo no número de vagas das IES privadas. Tal fato foi resultado de mudanças na legislação relacionada ao ensino superior, como a criação da Lei 9.870, em 23 de novembro de 1999, que concedeu às IES privadas a possibilidade de operarem com lucro, o que incentivou a abertura de um número significativo de vagas. Outros programas federais que tiveram impacto na expansão de vagas das IES privadas foram o Fies, implementado em 2001, e o Prouni, criado em 2005.

O Fies, como política pública federal, tem como meta o financiamento de cursos de graduação, não gratuitos, a candidatos com matrículas em IES privadas. Não se exige que o candidato esteja matriculado antes de tentar obter o financiamento, sendo necessário se inscrever em um único curso e turno, escolhidos na lista no Fies Seleção. Duas exigências prévias são feitas ao candidato ao financiamento do Fies: a) sua renda familiar mensal bruta deve ser de até três salários mínimos *per capita*; e b) participação em pelo menos uma das edições do Enem a partir de 2010. O candidato também deve ter obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação diferente de zero¹².

Já o Prouni financia bolsas integrais ou parciais (em até 50% do valor das mensalidades) a candidatos oriundos de IES privadas, desde que ainda não graduados em algum curso superior. A concessão das bolsas é realizada com base na proporção do número de alunos pagantes das IES que recebem isenções fiscais. Neste caso não há desembolso de recursos do orçamento do Ministério da Educação para custeio das bolsas. Se exige dos candidatos que tenham estudado em escola pública e apresentem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio quando demandem bolsa integral, e de até três salários mínimos no caso de bolsa parcial. Na concessão da bolsa também é considerado o desempenho dos candidatos no ENEM.

O Prouni e o Fies, como políticas públicas federais de estímulo à democratização do ensino superior, foram importantes para que as IES privadas incrementassem, nos anos recentes, a oferta de vagas e de cursos de graduação, como será visto adiante. Tal fenômeno esteve alinhado com a meta do Plano Nacional de Educação 2001-2010 de ampliar o acesso ao ensino superior para, ao menos, 30% dos jovens, na faixa etária entre 18 a 24 anos. De acordo com o MEC, o Prouni teve o mérito de regular as

¹² Para maiores informações sobre o Fies, ver <http://fiessselecao.mec.gov.br>. Acesso em 18 de julho de 2016.

isenções constitucionais concedidas às IES, permitindo o acesso de, aproximadamente, 300.000 pessoas ao ensino superior, sendo que antes de 2004, portanto previamente à instituição do Prouni, as próprias IES privadas eram as responsáveis pela adoção de normas para a concessão de bolsas, fazendo com que, em geral, os cursos com maior demanda e de valor mais elevado fossem excluídos dessas concessões (MEC, 2007, p. 28,29).

No caso das IFES da capital do Rio Grande do Sul, após um reduzido crescimento entre 2001 e 2008, a partir de 2009 começa a haver expansão mais significativa no número de vagas, como resultado da criação do Reuni, em 2007, pelo governo federal. No entanto, o aumento no número de vagas foi muito mais expressivo e acelerado nas IFES do interior do RS (138,1%) relativamente ao aumento de vagas na capital (25,9%) entre 2006 e 2010, conforme pode ser visto na tabela 6. Esse crescimento das vagas nas IFES do interior foi impulsionado ainda mais com a fundação da UNIPAMPA e também da IFRS, da IFFarroupilha, da IFSul e dos quatro *Campi* da UFSM. A UERGS chama a atenção pela oscilação na oferta de vagas, tanto na capital como no interior. As IES privadas mantiveram, na capital, um crescimento ininterrupto do número de vagas entre 1996 e 2008, com retomada em 2010, beneficiadas pelo Fies e Prouni. No interior, o crescimento no número de vagas das IES privadas foi contínuo entre 1997 e 2004.

Em termos de participação relativa no número total de vagas, as IES públicas da capital perderam espaço ao longo do período. Essa participação era de 32,3% em 1991, caindo para metade em 2013 (16,1%). Em contrapartida, as IES privadas da capital ganharam participação no mesmo período. No caso das IES públicas do interior, aconteceu fenômeno inverso ao que ocorreu na capital, pois a participação relativa dessas instituições, no total de vagas, aumentou de 12,5%, em 1991, para 16,4% em 2013. Tal fato reflete o avanço da interiorização das vagas em IES públicas como consequência da criação da UNIPAMPA, das três IFs, além dos *campi* interioranos da UFSM e da UERGS. As IES privadas do interior, conseqüentemente, tiveram queda de participação relativa no mesmo período. Nota-se também que, na capital e no interior, tanto em termos absolutos como em termos relativos, o número total de vagas nas IES privadas é significativamente superior ao número de vagas nas IES públicas.

Tabela 5– Número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|------|----------|--------|---------|------|---------|-------|--------|------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 3.551 | – | – | – | 3.551 | – | 7.441 | – | 10.992 | – | 32,3 | – | 67,7 | – |
| 1992 | 3.551 | 0,0 | – | – | 3.551 | 0,0 | 7.519 | 1,0 | 11.070 | 0,7 | 32,1 | -0,7 | 67,9 | 0,3 |
| 1993 | 3.551 | 0,0 | – | – | 3.551 | 0,0 | 7.715 | 2,6 | 11.266 | 1,8 | 31,5 | -1,7 | 68,5 | 0,8 |
| 1994 | 3.511 | -1,1 | – | – | 3.511 | -1,1 | 8.229 | 6,7 | 11.740 | 4,2 | 29,9 | -5,1 | 70,1 | 2,4 |
| 1995 | 3.739 | 6,5 | – | – | 3.739 | 6,5 | 7.397 | -10,1 | 11.136 | -5,1 | 33,6 | 12,3 | 66,4 | -5,2 |
| 1996 | 3.759 | 0,5 | – | – | 3.759 | 0,5 | 8.331 | 12,6 | 12.090 | 8,6 | 31,1 | -7,4 | 68,9 | 3,7 |
| 1997 | 3.649 | -2,9 | – | – | 3.649 | -2,9 | 8.733 | 4,8 | 12.382 | 2,4 | 29,5 | -5,2 | 70,5 | 2,4 |
| 1998 | 3.670 | 0,6 | – | – | 3.670 | 0,6 | 9.445 | 8,2 | 13.115 | 5,9 | 28,0 | -5,0 | 72,0 | 2,1 |
| 1999 | 3.821 | 4,1 | – | – | 3.821 | 4,1 | 9.668 | 2,4 | 13.489 | 2,9 | 28,3 | 1,2 | 71,7 | -0,5 |
| 2000 | 4.163 | 9,0 | – | – | 4.163 | 9,0 | 11.058 | 14,4 | 15.221 | 12,8 | 27,4 | -3,4 | 72,6 | 1,4 |
| 2001 | 4.170 | 0,2 | – | – | 4.170 | 0,2 | 11.381 | 2,9 | 15.551 | 2,2 | 26,8 | -2,0 | 73,2 | 0,7 |
| 2002 | 4.180 | 0,2 | – | – | 4.180 | 0,2 | 13.261 | 16,5 | 17.441 | 12,2 | 24,0 | -10,6 | 76,0 | 3,9 |
| 2003 | 4.180 | 0,0 | – | – | 4.180 | 0,0 | 14.359 | 8,3 | 18.539 | 6,3 | 22,5 | -5,9 | 77,5 | 1,9 |
| 2004 | 4.300 | 2,9 | 40 | – | 4.340 | 3,8 | 18.314 | 27,5 | 22.654 | 22,2 | 19,2 | -15,0 | 80,8 | 4,4 |
| 2005 | 4.300 | 0,0 | 80 | 100,0 | 4.380 | 0,9 | 21.226 | 15,9 | 25.606 | 13,0 | 17,1 | -10,7 | 82,9 | 2,5 |
| 2006 | 4.350 | 1,2 | 40 | -50,0 | 4.390 | 0,2 | 22.454 | 5,8 | 26.844 | 4,8 | 16,4 | -4,4 | 83,6 | 0,9 |
| 2007 | 4.420 | 1,6 | 0 | -100,0 | 4.420 | 0,7 | 22.899 | 2,0 | 27.319 | 1,8 | 16,2 | -1,1 | 83,8 | 0,2 |
| 2008 | 4.560 | 3,2 | 80 | – | 4.640 | 5,0 | 23.487 | 2,6 | 28.127 | 3,0 | 16,5 | 2,0 | 83,5 | -0,4 |
| 2009 | 4.895 | 7,3 | 80 | 0,0 | 4.975 | 7,2 | 22.201 | -5,5 | 27.176 | -3,4 | 18,3 | 11,0 | 81,7 | -2,2 |
| 2010 | 5.476 | 11,9 | 80 | 0,0 | 5.556 | 11,7 | 23.694 | 6,7 | 29.250 | 7,6 | 19,0 | 3,8 | 81,0 | -0,8 |
| 2011 | 5.616 | 2,6 | 80 | 0,0 | 5.696 | 2,5 | 27.316 | 15,3 | 33.012 | 12,9 | 17,3 | -9,2 | 82,7 | 2,1 |
| 2012 | 5.918 | 5,4 | 120 | 50,0 | 6.038 | 6,0 | 31.244 | 14,4 | 37.282 | 12,9 | 16,2 | -6,1 | 83,8 | 1,3 |
| 2013 | 6.159 | 4,1 | 160 | 33,3 | 6.319 | 4,7 | 32.822 | 5,1 | 39.141 | 5,0 | 16,1 | -0,3 | 83,9 | 0,1 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Tabela 6 – Número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no interior do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|------|----------|---------|---------|------|---------|------|---------|------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 4.263 | – | – | – | 4.263 | – | 29.861 | – | 34.124 | – | 12,5 | – | 87,5 | – |
| 1992 | 4.326 | 1,5 | – | – | 4.326 | 1,5 | 28.944 | -3,1 | 33.270 | -2,5 | 13,0 | 4,1 | 87,0 | -0,6 |
| 1993 | 4.288 | -0,9 | – | – | 4.288 | -0,9 | 30.321 | 4,8 | 34.609 | 4,0 | 12,4 | -4,7 | 87,6 | 0,7 |
| 1994 | 4.408 | 2,8 | – | – | 4.408 | 2,8 | 34.396 | 13,4 | 38.804 | 12,1 | 11,4 | -8,3 | 88,6 | 1,2 |
| 1995 | 4.472 | 1,5 | – | – | 4.472 | 1,5 | 36.399 | 5,8 | 40.871 | 5,3 | 10,9 | -3,7 | 89,1 | 0,5 |
| 1996 | 4.440 | -0,7 | – | – | 4.440 | -0,7 | 36.058 | -0,9 | 40.498 | -0,9 | 11,0 | 0,2 | 89,0 | 0,0 |
| 1997 | 4.612 | 3,9 | – | – | 4.612 | 3,9 | 37.960 | 5,3 | 42.572 | 5,1 | 10,8 | -1,2 | 89,2 | 0,1 |
| 1998 | 4.642 | 0,7 | – | – | 4.642 | 0,7 | 47.301 | 24,6 | 51.943 | 22,0 | 8,9 | -17,5 | 91,1 | 2,1 |
| 1999 | 4.898 | 5,5 | – | – | 4.898 | 5,5 | 51.379 | 8,6 | 56.277 | 8,3 | 8,7 | -2,6 | 91,3 | 0,3 |
| 2000 | 5.476 | 11,8 | – | – | 5.476 | 11,8 | 64.559 | 25,7 | 70.035 | 24,4 | 7,8 | -10,2 | 92,2 | 1,0 |
| 2001 | 5.341 | -2,5 | – | – | 5.341 | -2,5 | 74.110 | 14,8 | 79.451 | 13,4 | 6,7 | -14,0 | 93,3 | 1,2 |
| 2002 | 5.295 | -0,9 | – | – | 5.295 | -0,9 | 90.650 | 22,3 | 95.945 | 20,8 | 5,5 | -17,9 | 94,5 | 1,3 |
| 2003 | 5.315 | 0,4 | – | – | 5.315 | 0,4 | 97.936 | 8,0 | 103.251 | 7,6 | 5,1 | -6,7 | 94,9 | 0,4 |
| 2004 | 5.426 | 2,1 | 814 | ∞ | 6.240 | 17,4 | 104.388 | 6,6 | 110.628 | 7,1 | 5,6 | 9,6 | 94,4 | -0,5 |
| 2005 | 5.666 | 4,4 | 1.200 | 47,4 | 6.866 | 10,0 | 99.267 | -4,9 | 106.133 | -4,1 | 6,5 | 14,7 | 93,5 | -0,9 |
| 2006 | 6.916 | 22,1 | 820 | -31,7 | 7.736 | 12,7 | 91.205 | -8,1 | 98.941 | -6,8 | 7,8 | 20,9 | 92,2 | -1,4 |
| 2007 | 7.836 | 13,3 | 20 | -97,6 | 7.856 | 1,6 | 91.362 | 0,2 | 99.218 | 0,3 | 7,9 | 1,3 | 92,1 | -0,1 |
| 2008 | 9.112 | 16,3 | 620 | 3.000,0 | 9.732 | 23,9 | 92.466 | 1,2 | 102.198 | 3,0 | 9,5 | 20,3 | 90,5 | -1,7 |
| 2009 | 12.730 | 39,7 | 1.280 | 106,5 | 14.010 | 44,0 | 106.218 | 14,9 | 120.228 | 17,6 | 11,7 | 22,4 | 88,3 | -2,4 |
| 2010 | 16.465 | 29,3 | 1.260 | -1,6 | 17.725 | 26,5 | 101.328 | -4,6 | 119.053 | -1,0 | 14,9 | 27,8 | 85,1 | -3,7 |
| 2011 | 17.099 | 3,9 | 793 | -37,1 | 17.892 | 0,9 | 101.134 | -0,2 | 119.026 | 0,0 | 15,0 | 1,0 | 85,0 | -0,2 |
| 2012 | 17.821 | 4,2 | 1.335 | 68,3 | 19.156 | 7,1 | 106.969 | 5,8 | 126.125 | 6,0 | 15,2 | 1,0 | 84,8 | -0,2 |
| 2013 | 18.415 | 3,3 | 1.395 | 4,5 | 19.810 | 3,4 | 100.616 | -5,9 | 120.426 | -4,5 | 16,4 | 8,3 | 83,6 | -1,5 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

A interiorização do ensino superior público no RS também foi favorecida com a implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC). A adesão de IES públicas e de candidatos tem aumentado desde então. O Sisu é um sistema informatizado no qual os candidatos a vagas em IES públicas, de todo o país, podem se inscrever, desde que tenham realizado o ENEM previamente. Permite-se ao candidato a inscrição em até duas opções de curso. Os critérios de distribuição das vagas do Sisu são estabelecidos pelas próprias IES que utilizam o ENEM como meio de seleção ao ensino superior. Por esse sistema, um candidato residente em uma cidade de outro estado, por exemplo, Manaus, no Amazonas, pode ingressar em uma IES do interior do RS, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A evolução do número de inscritos nas IES da capital e do interior do RS pode ser visto nas tabelas 7 e 8, respectivamente. Nota-se o crescimento expressivo de 121,2%, que teve o número de inscritos para as IFES da capital no ano de criação do Sisu (2010), após vários anos de quedas consecutivas desde 2002. Expansão ainda mais significativa ocorreu no número de inscritos para a UERGS em Porto Alegre, no ano de 2011, que foi de 696,6%. Em 2013, o crescimento do número de inscritos nessa instituição, em relação ao ano anterior, foi também bastante expressivo: 330,1%. Não custa lembrar que se permite a um candidato, de forma simultânea, a inscrição em mais de um processo seletivo. No interior do RS o fenômeno de expansão do número de inscritos devido ao Sisu também foi semelhante ao que ocorreu na capital. Em 2011, o número de inscritos para as IFES do interior do RS foi de 212.456, contra 68.742 do ano de 2010 quando foi criado o Sisu, o que resultou em um significativo crescimento de 209,1%. Nos *campi* do interior da UERGS o crescimento no número de inscritos foi de 127,4% em 2011 contra o ano anterior.

As IES públicas da capital aumentaram sua participação relativa no total de inscritos ao longo do período, de 58,7% para 71,0%, ocorrendo o processo inverso no caso das IES privadas. No interior, a participação relativa no total de inscritos nas IES públicas, no período, aumentou de 27,3% para 69,4%, o que demonstra o avanço da demanda por acesso ao ensino superior público proporcionado pelas recentes políticas públicas federais adotadas com esse objetivo, como é o caso do Reuni e do Sisu.

Tabela 7– Número de inscritos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|--------|----------|--------|---------|---------|---------|-------|---------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| 1991 | 32.730 | – | – | – | 32.730 | – | 23.039 | – | 55.769 | – | 58,7 | – | 41,3 | – |
| 1992 | 29.619 | -9,5 | – | – | 29.619 | -9,5 | 17.509 | -24,0 | 47.128 | -15,5 | 62,8 | 7,1 | 37,2 | -10,1 |
| 1993 | 30.957 | 4,5 | – | – | 30.957 | 4,5 | 19.597 | 11,9 | 50.554 | 7,3 | 61,2 | -2,6 | 38,8 | 4,3 |
| 1994 | 3.228 | -89,6 | – | – | 3.228 | -89,6 | 19.828 | 1,2 | 23.056 | -54,4 | 14,0 | -77,1 | 86,0 | 121,9 |
| 1995 | 39.289 | 1117,1 | – | – | 39.289 | 1.117,1 | 23.082 | 16,4 | 62.371 | 170,5 | 63,0 | 349,9 | 37,0 | -57,0 |
| 1996 | 35.709 | -9,1 | – | – | 35.709 | -9,1 | 27.999 | 21,3 | 63.708 | 2,1 | 56,1 | -11,0 | 43,9 | 18,8 |
| 1997 | 35.735 | 0,1 | – | – | 35.735 | 0,1 | 27.409 | -2,1 | 63.144 | -0,9 | 56,6 | 1,0 | 43,4 | -1,2 |
| 1998 | 37.303 | 4,4 | – | – | 37.303 | 4,4 | 28.009 | 2,2 | 65.312 | 3,4 | 57,1 | 0,9 | 42,9 | -1,2 |
| 1999 | 39.180 | 5,0 | – | – | 39.180 | 5,0 | 30.744 | 9,8 | 69.924 | 7,1 | 56,0 | -1,9 | 44,0 | 2,5 |
| 2000 | 46.634 | 19,0 | – | – | 46.634 | 19,0 | 24.124 | -21,5 | 70.758 | 1,2 | 65,9 | 17,6 | 34,1 | -22,5 |
| 2001 | 47.516 | 1,9 | – | – | 47.516 | 1,9 | 24.757 | 2,6 | 72.273 | 2,1 | 65,7 | -0,2 | 34,3 | 0,5 |
| 2002 | 45.386 | -4,5 | – | – | 45.386 | -4,5 | 26.361 | 6,5 | 71.747 | -0,7 | 63,3 | -3,8 | 36,7 | 7,3 |
| 2003 | 44.501 | -1,9 | – | – | 44.501 | -1,9 | 29.602 | 12,3 | 74.103 | 3,3 | 60,1 | -5,1 | 39,9 | 8,7 |
| 2004 | 44.297 | -0,5 | 80 | – | 44.377 | -0,3 | 28.754 | -2,9 | 73.131 | -1,3 | 60,7 | 1,0 | 39,3 | -1,6 |
| 2005 | 43.872 | -1,0 | 738 | 822,5 | 44.610 | 0,5 | 35.619 | 23,9 | 80.229 | 9,7 | 55,6 | -8,4 | 44,4 | 12,9 |
| 2006 | 45.824 | 4,4 | 621 | -15,9 | 46.445 | 4,1 | 35.599 | -0,1 | 82.044 | 2,3 | 56,6 | 1,8 | 43,4 | -2,3 |
| 2007 | 42.205 | -7,9 | - | -100,0 | 42.205 | -9,1 | 33.603 | -5,6 | 75.808 | -7,6 | 55,7 | -1,7 | 44,3 | 2,2 |
| 2008 | 41.063 | -2,7 | 949 | – | 42.012 | -0,5 | 31.378 | -6,6 | 73.390 | -3,2 | 57,2 | 2,8 | 42,8 | -3,5 |
| 2009 | 25.291 | -38,4 | 445 | -53,1 | 25.736 | -38,7 | 32.003 | 2,0 | 57.739 | -21,3 | 44,6 | -22,1 | 55,4 | 29,6 |
| 2010 | 55.936 | 121,2 | 618 | 38,9 | 56.554 | 119,7 | 27.777 | -13,2 | 84.331 | 46,1 | 67,1 | 50,5 | 32,9 | -40,6 |
| 2011 | 66.708 | 19,3 | 4.923 | 696,6 | 71.631 | 26,7 | 38.270 | 37,8 | 109.901 | 30,3 | 65,2 | -2,8 | 34,8 | 5,7 |
| 2012 | 88.378 | 32,5 | 7.011 | 42,4 | 95.389 | 33,2 | 40.756 | 6,5 | 136.145 | 23,9 | 70,1 | 7,5 | 29,9 | -14,0 |
| 2013 | 72.268 | -18,2 | 30.156 | 330,1 | 102.424 | 7,4 | 41.825 | 2,6 | 144.249 | 6,0 | 71,0 | 1,3 | 29,0 | -3,1 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Tabela 8– Número de inscritos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no interior do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|--------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| 1991 | 22.169 | – | – | – | 22.169 | – | 59.134 | – | 81.303 | – | 27,3 | – | 72,7 | – |
| 1992 | 18.095 | -18,4 | – | – | 18.095 | -18,4 | 39.606 | -33,0 | 57.701 | -29,0 | 31,4 | 15,0 | 68,6 | -5,6 |
| 1993 | 25.015 | 38,2 | – | – | 25.015 | 38,2 | 48.849 | 23,3 | 73.864 | 28,0 | 33,9 | 8,0 | 66,1 | -3,7 |
| 1994 | 25.955 | 3,8 | – | – | 25.955 | 3,8 | 52.478 | 7,4 | 78.433 | 6,2 | 33,1 | -2,3 | 66,9 | 1,2 |
| 1995 | 28.507 | 9,8 | – | – | 28.507 | 9,8 | 80.666 | 53,7 | 109.173 | 39,2 | 26,1 | -21,1 | 73,9 | 10,4 |
| 1996 | 26.167 | -8,2 | – | – | 26.167 | -8,2 | 71.297 | -11,6 | 97.464 | -10,7 | 26,8 | 2,8 | 73,2 | -1,0 |
| 1997 | 29.438 | 12,5 | – | – | 29.438 | 12,5 | 89.944 | 26,2 | 119.382 | 22,5 | 24,7 | -8,2 | 75,3 | 3,0 |
| 1998 | 38.325 | 30,2 | – | – | 38.325 | 30,2 | 94.488 | 5,1 | 132.813 | 11,3 | 28,9 | 17,0 | 71,1 | -5,6 |
| 1999 | 40.999 | 7,0 | – | – | 40.999 | 7,0 | 104.557 | 10,7 | 145.556 | 9,6 | 28,2 | -2,4 | 71,8 | 1,0 |
| 2000 | 49.424 | 20,5 | – | – | 49.424 | 20,5 | 100.438 | -3,9 | 149.862 | 3,0 | 33,0 | 17,1 | 67,0 | -6,7 |
| 2001 | 48.652 | -1,6 | – | – | 48.652 | -1,6 | 125.444 | 24,9 | 174.096 | 16,2 | 27,9 | -15,3 | 72,1 | 7,5 |
| 2002 | 52.262 | 7,4 | – | – | 52.262 | 7,4 | 153.056 | 22,0 | 205.318 | 17,9 | 25,5 | -8,9 | 74,5 | 3,5 |
| 2003 | 58.731 | 12,4 | – | – | 58.731 | 12,4 | 148.465 | -3,0 | 207.196 | 0,9 | 28,3 | 11,4 | 71,7 | -3,9 |
| 2004 | 54.839 | -6,6 | 1.473 | – | 56.312 | -4,1 | 127.175 | -14,3 | 183.487 | -11,4 | 30,7 | 8,3 | 69,3 | -3,3 |
| 2005 | 52.070 | -5,0 | 3.901 | 164,8 | 55.971 | -0,6 | 106.697 | -16,1 | 162.668 | -11,3 | 34,4 | 12,1 | 65,6 | -5,4 |
| 2006 | 61.972 | 19,0 | 3.622 | -7,2 | 65.594 | 17,2 | 102.412 | -4,0 | 168.006 | 3,3 | 39,0 | 13,5 | 61,0 | -7,1 |
| 2007 | 59.761 | -3,6 | 20 | -99,4 | 59.781 | -8,9 | 100.097 | -2,3 | 159.878 | -4,8 | 37,4 | -4,2 | 62,6 | 2,7 |
| 2008 | 54.727 | -8,4 | 737 | 3585,0 | 55.464 | -7,2 | 103.589 | 3,5 | 159.053 | -0,5 | 34,9 | -6,7 | 65,1 | 4,0 |
| 2009 | 64.960 | 18,7 | 1.614 | 119,0 | 66.574 | 20,0 | 98.902 | -4,5 | 165.476 | 4,0 | 40,2 | 15,4 | 59,8 | -8,2 |
| 2010 | 68.742 | 5,8 | 2.953 | 83,0 | 71.695 | 7,7 | 105.177 | 6,3 | 176.872 | 6,9 | 40,5 | 0,8 | 59,5 | -0,5 |
| 2011 | 212.456 | 209,1 | 6.716 | 127,4 | 219.172 | 205,7 | 120.256 | 14,3 | 339.428 | 91,9 | 64,6 | 59,3 | 35,4 | -40,4 |
| 2012 | 230.321 | 8,4 | 7.799 | 16,1 | 238.120 | 8,6 | 126.276 | 5,0 | 364.396 | 7,4 | 65,3 | 1,2 | 34,7 | -2,2 |
| 2013 | 280.793 | 21,9 | 13.855 | 77,7 | 294.648 | 23,7 | 130.002 | 3,0 | 424.650 | 16,5 | 69,4 | 6,2 | 30,6 | -11,7 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

As tabelas 9 e 10 resumem o comportamento das matrículas nas IES do RS, na capital e no interior, respectivamente, no período 1991-2013. Na capital, a evolução do número de matrículas nas IFES tem apresentado oscilações, com altos e baixos. Por outro lado, as IES privadas da capital mantiveram um crescimento contínuo no número de matrículas entre 1996 e 2008. Conseqüentemente, a participação relativa, dessas instituições, no total de matrículas aumentou de 60,4%, em 1991, para 67,7% em 2013. A perda de espaço das IES públicas da capital no total de matrículas, principalmente as IFES, já que o peso relativo da UERGS é reduzido, se deve tanto ao crescimento mais rápido do número de matrículas nas IES privadas relativamente às IES públicas, como também às maiores exigências para ingresso no ensino superior por parte das instituições públicas, relativamente às IES privadas.

Nas IFES do interior, houve crescimento de 88,0% no número de matrículas entre 2007 e 2011, como resultado da criação da UNIPAMPA, das três IFs e *Campi* da UFSM e da UERGS. No período 1991 a 2013, o número de matrículas nas IFES interioranas mais do que triplicou, passando de 18.363 para 56.762. Com isso, a participação relativa do número de matrículas das IES públicas, que havia caído para 11,0% do total em 2007, ano de lançamento do Reuni, aumentou para 20,6%, superior, inclusive, ao percentual de 18,8% do início da série. Assim, no interior do RS, diferentemente do que ocorreu na capital, houve um avanço de participação relativa no total de matrículas por parte das IES públicas, em relação às IES privadas, o que demonstra o êxito relativo dos programas federais de interiorização do ensino superior, como o Expansão I e o Reuni. A UERGS apresentou, no interior, comportamento bastante irregular no crescimento da oferta de matrículas, tendo expressivas variações de aumento ou de queda. Já as IES privadas do interior apresentaram expansão contínua no número de matrículas entre 1993 e 2005. Entre 1991 e 2013, o número de matrículas nessas instituições aumentou de 79.292 para 226.879.

Tabela 9 – Número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|------|----------|-------|---------|------|---------|------|--------|------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 16.854 | - | - | - | 16.854 | - | 25.663 | - | 42.517 | - | 39,6 | - | 60,4 | - |
| 1992 | 16.709 | -0,9 | - | - | 16.709 | -0,9 | 23.273 | -9,3 | 39.982 | -6,0 | 41,8 | 5,4 | 58,2 | -3,6 |
| 1993 | 17.729 | 6,1 | - | - | 17.729 | 6,1 | 24.117 | 3,6 | 41.846 | 4,7 | 42,4 | 1,4 | 57,6 | -1,0 |
| 1994 | 18.100 | 2,1 | - | - | 18.100 | 2,1 | 24.478 | 1,5 | 42.578 | 1,7 | 42,5 | 0,3 | 57,5 | -0,2 |
| 1995 | 16.621 | -8,2 | - | - | 16.621 | -8,2 | 23.869 | -2,5 | 40.490 | -4,9 | 41,0 | -3,4 | 59,0 | 2,5 |
| 1996 | 17.481 | 5,2 | - | - | 17.481 | 5,2 | 26.341 | 10,4 | 43.822 | 8,2 | 39,9 | -2,8 | 60,1 | 2,0 |
| 1997 | 17.599 | 0,7 | - | - | 17.599 | 0,7 | 27.792 | 5,5 | 45.391 | 3,6 | 38,8 | -2,8 | 61,2 | 1,9 |
| 1998 | 18.472 | 5,0 | - | - | 18.472 | 5,0 | 28.847 | 3,8 | 47.319 | 4,2 | 39,0 | 0,7 | 61,0 | -0,4 |
| 1999 | 18.329 | -0,8 | - | - | 18.329 | -0,8 | 31.246 | 8,3 | 49.575 | 4,8 | 37,0 | -5,3 | 63,0 | 3,4 |
| 2000 | 18.871 | 3,0 | - | - | 18.871 | 3,0 | 32.029 | 2,5 | 50.900 | 2,7 | 37,1 | 0,3 | 62,9 | -0,2 |
| 2001 | 19.598 | 3,9 | - | - | 19.598 | 3,9 | 34.563 | 7,9 | 54.161 | 6,4 | 36,2 | -2,4 | 63,8 | 1,4 |
| 2002 | 18.143 | -7,4 | - | - | 18.143 | -7,4 | 37.740 | 9,2 | 55.883 | 3,2 | 32,5 | -10,3 | 67,5 | 5,8 |
| 2003 | 20.822 | 14,8 | - | - | 20.822 | 14,8 | 40.350 | 6,9 | 61.172 | 9,5 | 34,0 | 4,8 | 66,0 | -2,3 |
| 2004 | 20.816 | 0,0 | 110 | - | 20.926 | 0,5 | 42.997 | 6,6 | 63.923 | 4,5 | 32,7 | -3,8 | 67,3 | 2,0 |
| 2005 | 21.639 | 4,0 | 123 | 11,8 | 21.762 | 4,0 | 45.650 | 6,2 | 67.412 | 5,5 | 32,3 | -1,4 | 67,7 | 0,7 |
| 2006 | 21.861 | 1,0 | 149 | 21,1 | 22.010 | 1,1 | 51.184 | 12,1 | 73.194 | 8,6 | 30,1 | -6,8 | 69,9 | 3,3 |
| 2007 | 22.323 | 2,1 | 132 | -11,4 | 22.455 | 2,0 | 54.390 | 6,3 | 76.845 | 5,0 | 29,2 | -2,8 | 70,8 | 1,2 |
| 2008 | 22.540 | 1,0 | 149 | - | 22.689 | 1,0 | 57.371 | 5,5 | 80.060 | 4,2 | 28,3 | -3,0 | 71,7 | 1,2 |
| 2009 | 26.197 | 16,2 | 205 | 37,6 | 26.402 | 16,4 | 55.723 | -2,9 | 82.125 | 2,6 | 32,1 | 13,4 | 67,9 | -5,3 |
| 2010 | 24.545 | -6,3 | 192 | -6,3 | 24.737 | -6,3 | 56.496 | 1,4 | 81.233 | -1,1 | 30,5 | -5,3 | 69,5 | 2,5 |
| 2011 | 25.570 | 4,2 | 205 | 6,8 | 25.775 | 4,2 | 58.995 | 4,4 | 84.770 | 4,4 | 30,4 | -0,2 | 69,6 | 0,1 |
| 2012 | 29.063 | 13,7 | 284 | 38,5 | 29.347 | 13,9 | 59.946 | 1,6 | 89.293 | 5,3 | 32,9 | 8,1 | 67,1 | -3,5 |
| 2013 | 29.580 | 1,8 | 215 | -24,3 | 29.795 | 1,5 | 62.390 | 4,1 | 92.185 | 3,2 | 32,3 | -1,7 | 67,7 | 0,8 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Tabela 10– Número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no interior do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|------|----------|-------|---------|------|---------|------|---------|------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 18.363 | – | – | – | 18.363 | – | 79.292 | – | 97.655 | – | 18,8 | – | 81,2 | – |
| 1992 | 18.452 | 0,5 | – | – | 18.452 | 0,5 | 72.707 | -8,3 | 91.159 | -6,7 | 20,2 | 7,6 | 79,8 | -1,8 |
| 1993 | 19.368 | 5,0 | – | – | 19.368 | 5,0 | 76.528 | 5,3 | 95.896 | 5,2 | 20,2 | -0,2 | 79,8 | 0,1 |
| 1994 | 20.155 | 4,1 | – | – | 20.155 | 4,1 | 81.350 | 6,3 | 101.505 | 5,8 | 19,9 | -1,7 | 80,1 | 0,4 |
| 1995 | 19.489 | -3,3 | – | – | 19.489 | -3,3 | 92.236 | 13,4 | 111.725 | 10,1 | 17,4 | -12,1 | 82,6 | 3,0 |
| 1996 | 20.195 | 3,6 | – | – | 20.195 | 3,6 | 100.365 | 8,8 | 120.560 | 7,9 | 16,8 | -4,0 | 83,2 | 0,8 |
| 1997 | 20.400 | 1,0 | – | – | 20.400 | 1,0 | 112.580 | 12,2 | 132.980 | 10,3 | 15,3 | -8,4 | 84,7 | 1,7 |
| 1998 | 21.595 | 5,9 | – | – | 21.595 | 5,9 | 126.134 | 12,0 | 147.729 | 11,1 | 14,6 | -4,7 | 85,4 | 0,9 |
| 1999 | 23.107 | 7,0 | – | – | 23.107 | 7,0 | 144.378 | 14,5 | 167.485 | 13,4 | 13,8 | -5,6 | 86,2 | 1,0 |
| 2000 | 24.324 | 5,3 | – | – | 24.324 | 5,3 | 163.039 | 12,9 | 187.363 | 11,9 | 13,0 | -5,9 | 87,0 | 0,9 |
| 2001 | 24.277 | -0,2 | – | – | 24.277 | -0,2 | 179.820 | 10,3 | 204.097 | 8,9 | 11,9 | -8,4 | 88,1 | 1,2 |
| 2002 | 24.495 | 0,9 | – | – | 24.495 | 0,9 | 205.321 | 14,2 | 229.816 | 12,6 | 10,7 | -10,4 | 89,3 | 1,4 |
| 2003 | 24.542 | 0,2 | – | – | 24.542 | 0,2 | 217.840 | 6,1 | 242.382 | 5,5 | 10,1 | -5,0 | 89,9 | 0,6 |
| 2004 | 24.790 | 1,0 | 2.758 | ∞ | 27.548 | 12,2 | 231.353 | 6,2 | 258.901 | 6,8 | 10,6 | 5,1 | 89,4 | -0,6 |
| 2005 | 24.960 | 0,7 | 2.925 | 6,1 | 27.885 | 1,2 | 243.616 | 5,3 | 271.501 | 4,9 | 10,3 | -3,5 | 89,7 | 0,4 |
| 2006 | 24.846 | -0,5 | 3.079 | 5,3 | 27.925 | 0,1 | 238.988 | -1,9 | 266.913 | -1,7 | 10,5 | 1,9 | 89,5 | -0,2 |
| 2007 | 28.972 | 16,6 | 660 | -78,6 | 29.632 | 6,1 | 238.552 | -0,2 | 268.184 | 0,5 | 11,0 | 5,6 | 89,0 | -0,7 |
| 2008 | 31.523 | 8,8 | 1.661 | 151,7 | 33.184 | 12,0 | 239.070 | 0,2 | 272.254 | 1,5 | 12,2 | 10,3 | 87,8 | -1,3 |
| 2009 | 37.576 | 19,2 | 1.819 | 9,5 | 39.395 | 18,7 | 220.755 | -7,7 | 260.150 | -4,4 | 15,1 | 24,2 | 84,9 | -3,4 |
| 2010 | 45.805 | 21,9 | 1.931 | 6,2 | 47.736 | 21,2 | 224.623 | 1,8 | 272.359 | 4,7 | 17,5 | 15,7 | 82,5 | -2,8 |
| 2011 | 54.469 | 18,9 | 1.783 | -7,7 | 56.252 | 17,8 | 228.961 | 1,9 | 285.213 | 4,7 | 19,7 | 12,5 | 80,3 | -2,7 |
| 2012 | 52.763 | -3,1 | 1.944 | 9,0 | 54.707 | -2,7 | 225.573 | -1,5 | 280.280 | -1,7 | 19,5 | -1,0 | 80,5 | 0,3 |
| 2013 | 56.762 | 7,6 | 2.224 | 14,4 | 58.986 | 7,8 | 226.879 | 0,6 | 285.865 | 2,0 | 20,6 | 5,7 | 79,4 | -1,4 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

A evolução do número de ingressantes nas IES da capital e do interior do RS está representada nas tabelas 11 e 12. Na capital, chama a atenção o crescimento mais acelerado no número de ingressos das IES privadas, relativamente às IFES. Nota-se o pequeno número de ingressos anuais na UERGS em comparação às IFES e às IES privadas. Nesse contexto, a participação relativa no total do número de ingressos das IES públicas caiu de 39,9%, em 1991, para 25,4% em 2013. No interior, em contraste com o que aconteceu na capital, ocorreu um aumento significativo, de 151,9%, no número de ingressos das IFES entre 2006 e 2012. Tal fato foi consequência da implantação de programas do governo federal para facilitar o acesso ao ensino superior federal, e viabilizar sua interiorização, entre os quais o Reuni (com a fundação da UNIPAMPA), e o Sisu. Dado o crescimento mais veloz do número de ingressos nas IES públicas do interior, notadamente as IFES, em comparação com as IES privadas, a participação relativa das instituições públicas no total de ingressos aumentou de 15,4%, em 1991, para 22,2% em 2013. Mais uma vez, ficaram evidenciados os impactos positivos das medidas adotadas pelo governo federal no sentido de promover a desconcentração geográfica do ensino superior público, interiorizando novas oportunidades de acesso a esse tipo de ensino a candidatos que, de outra maneira, teriam de se deslocar para os grandes centros, como Porto Alegre.

Tabela 11 – Número de ingressos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa na capital do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|--------|---------|-------|---------|-------|--------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
| 1991 | 4.504 | – | – | – | 4.504 | – | 6.786 | – | 11.290 | – | 39,9 | – | 60,1 | – |
| 1992 | 5.090 | 13,0 | – | – | 5.090 | 13,0 | 6.029 | -11,2 | 11.119 | -1,5 | 45,8 | 14,7 | 54,2 | -9,8 |
| 1993 | 3.727 | -26,8 | – | – | 3.727 | -26,8 | 6.475 | 7,4 | 10.202 | -8,2 | 36,5 | -20,2 | 63,5 | 17,1 |
| 1994 | 3.599 | -3,4 | – | – | 3.599 | -3,4 | 7.017 | 8,4 | 10.616 | 4,1 | 33,9 | -7,2 | 66,1 | 4,1 |
| 1995 | 2.607 | -27,6 | – | – | 2.607 | -27,6 | 6.804 | -3,0 | 9.411 | -11,4 | 27,7 | -18,3 | 72,3 | 9,4 |
| 1996 | 4.577 | 75,6 | – | – | 4.577 | 75,6 | 7.548 | 10,9 | 12.125 | 28,8 | 37,7 | 36,3 | 62,3 | -13,9 |
| 1997 | 5.087 | 11,1 | – | – | 5.087 | 11,1 | 9.229 | 22,3 | 14.316 | 18,1 | 35,5 | -5,9 | 64,5 | 3,6 |
| 1998 | 4.927 | -3,1 | – | – | 4.927 | -3,1 | 8.676 | -6,0 | 13.603 | -5,0 | 36,2 | 1,9 | 63,8 | -1,1 |
| 1999 | 5.748 | 16,7 | – | – | 5.748 | 16,7 | 9.027 | 4,0 | 14.775 | 8,6 | 38,9 | 7,4 | 61,1 | -4,2 |
| 2000 | 5.793 | 0,8 | – | – | 5.793 | 0,8 | 9.641 | 6,8 | 15.434 | 4,5 | 37,5 | -3,5 | 62,5 | 2,2 |
| 2001 | 5.781 | -0,2 | – | – | 5.781 | -0,2 | 10.782 | 11,8 | 16.563 | 7,3 | 34,9 | -7,0 | 65,1 | 4,2 |
| 2002 | 6.132 | 6,1 | – | – | 6.132 | 6,1 | 12.410 | 15,1 | 18.542 | 11,9 | 33,1 | -5,2 | 66,9 | 2,8 |
| 2003 | 6.313 | 3,0 | – | – | 6.313 | 3,0 | 14.220 | 14,6 | 20.533 | 10,7 | 30,7 | -7,0 | 69,3 | 3,5 |
| 2004 | 8.461 | 34,0 | 38 | – | 8.499 | 34,6 | 16.731 | 17,7 | 25.230 | 22,9 | 33,7 | 9,6 | 66,3 | -4,2 |
| 2005 | 5.528 | -34,7 | 77 | 102,6 | 5.605 | -34,1 | 17.355 | 3,7 | 22.960 | -9,0 | 24,4 | -27,5 | 75,6 | 14,0 |
| 2006 | 5.287 | -4,4 | 39 | -49,4 | 5.326 | -5,0 | 21.222 | 22,3 | 26.548 | 15,6 | 20,1 | -17,8 | 79,9 | 5,8 |
| 2007 | 5.840 | 10,5 | – | -100,0 | 5.840 | 9,7 | 20.017 | -5,7 | 25.857 | -2,6 | 22,6 | 12,6 | 77,4 | -3,2 |
| 2008 | 6.561 | 12,3 | 78 | – | 6.639 | 13,7 | 19.647 | -1,8 | 26.286 | 1,7 | 25,3 | 11,8 | 74,7 | -3,5 |
| 2009 | 5.235 | -20,2 | 77 | -1,3 | 5.312 | -20,0 | 15.939 | -18,9 | 21.251 | -19,2 | 25,0 | -1,0 | 75,0 | 0,3 |
| 2010 | 5.509 | 5,2 | 72 | -6,5 | 5.581 | 5,1 | 14.750 | -7,5 | 20.331 | -4,3 | 27,5 | 9,8 | 72,5 | -3,3 |
| 2011 | 8.448 | 53,3 | 83 | 15,3 | 8.531 | 52,9 | 18.639 | 26,4 | 27.170 | 33,6 | 31,4 | 14,4 | 68,6 | -5,4 |
| 2012 | 7.261 | -14,1 | 131 | 57,8 | 7.392 | -13,4 | 21.994 | 18,0 | 29.386 | 8,2 | 25,2 | -19,9 | 74,8 | 9,1 |
| 2013 | 7.663 | 5,5 | 91 | -30,5 | 7.754 | 4,9 | 22.790 | 3,6 | 30.544 | 3,9 | 25,4 | 0,9 | 74,6 | -0,3 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

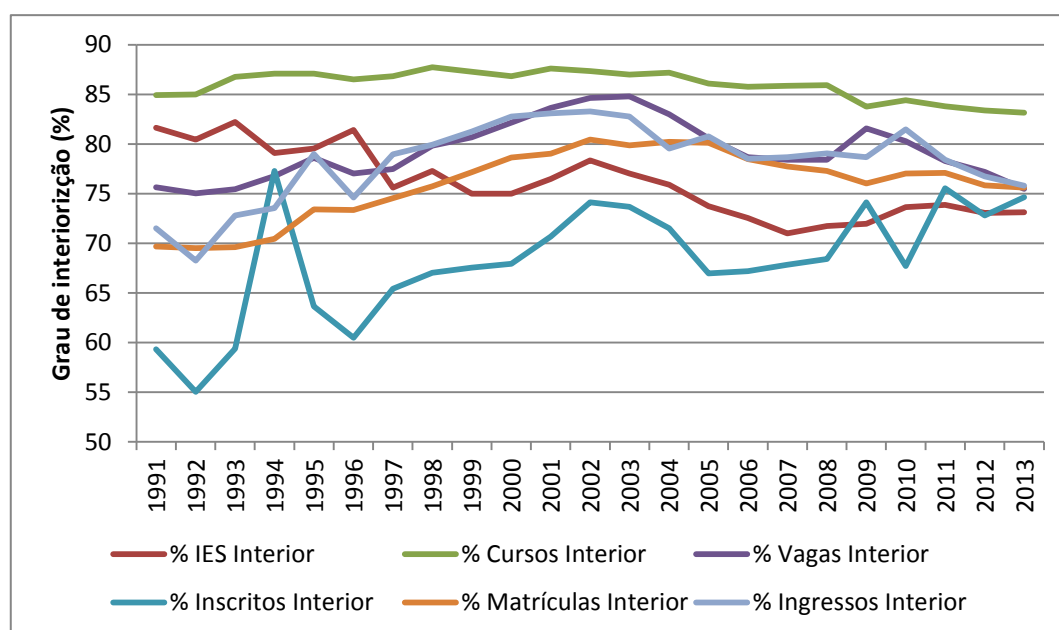
Tabela 12– Número de ingressos nas Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no interior do RS

| Ano | Federal | Δ% | Estadual | Δ% | Pública | Δ% | Privada | Δ% | Total | Δ% | % Pública | Δ% | % Privada | Δ% |
|------|---------|-------|----------|--------|---------|-------|---------|-------|--------|-------|-----------|-------|-----------|------|
| 1991 | 4.379 | – | – | – | 4.379 | – | 23.970 | – | 28.349 | – | 15,4 | – | 84,6 | – |
| 1992 | 3.804 | -13,1 | – | – | 3.804 | -13,1 | 20.104 | -16,1 | 23.908 | -15,7 | 15,9 | 3,0 | 84,1 | -0,5 |
| 1993 | 4.325 | 13,7 | – | – | 4.325 | 13,7 | 22.966 | 14,2 | 27.291 | 14,2 | 15,8 | -0,4 | 84,2 | 0,1 |
| 1994 | 4.030 | -6,8 | – | – | 4.030 | -6,8 | 25.492 | 11,0 | 29.522 | 8,2 | 13,7 | -13,9 | 86,3 | 2,6 |
| 1995 | 3.508 | -13,0 | – | – | 3.508 | -13,0 | 31.853 | 25,0 | 35.361 | 19,8 | 9,9 | -27,3 | 90,1 | 4,3 |
| 1996 | 4.852 | 38,3 | – | – | 4.852 | 38,3 | 30.772 | -3,4 | 35.624 | 0,7 | 13,6 | 37,3 | 86,4 | -4,1 |
| 1997 | 5.057 | 4,2 | – | – | 5.057 | 4,2 | 48.649 | 58,1 | 53.706 | 50,8 | 9,4 | -30,9 | 90,6 | 4,9 |
| 1998 | 4.913 | -2,8 | – | – | 4.913 | -2,8 | 49.213 | 1,2 | 54.126 | 0,8 | 9,1 | -3,6 | 90,9 | 0,4 |
| 1999 | 5.828 | 18,6 | – | – | 5.828 | 18,6 | 58.124 | 18,1 | 63.952 | 18,2 | 9,1 | 0,4 | 90,9 | 0,0 |
| 2000 | 6.687 | 14,7 | – | – | 6.687 | 14,7 | 67.372 | 15,9 | 74.059 | 15,8 | 9,0 | -0,9 | 91,0 | 0,1 |
| 2001 | 6.527 | -2,4 | – | – | 6.527 | -2,4 | 74.744 | 10,9 | 81.271 | 9,7 | 8,0 | -11,1 | 92,0 | 1,1 |
| 2002 | 6.432 | -1,5 | – | – | 6.432 | -1,5 | 85.840 | 14,8 | 92.272 | 13,5 | 7,0 | -13,2 | 93,0 | 1,2 |
| 2003 | 6.269 | -2,5 | – | – | 6.269 | -2,5 | 92.351 | 7,6 | 98.620 | 6,9 | 6,4 | -8,8 | 93,6 | 0,7 |
| 2004 | 6.503 | 3,7 | 791 | – | 7.294 | 16,4 | 90.795 | -1,7 | 98.089 | -0,5 | 7,4 | 17,0 | 92,6 | -1,2 |
| 2005 | 6.509 | 0,1 | 1.002 | 26,7 | 7.511 | 3,0 | 88.919 | -2,1 | 96.430 | -1,7 | 7,8 | 4,7 | 92,2 | -0,4 |
| 2006 | 8.099 | 24,4 | 804 | -19,8 | 8.903 | 18,5 | 88.058 | -1,0 | 96.961 | 0,6 | 9,2 | 17,9 | 90,8 | -1,5 |
| 2007 | 9.217 | 13,8 | 20 | -97,5 | 9.237 | 3,8 | 86.081 | -2,2 | 95.318 | -1,7 | 9,7 | 5,5 | 90,3 | -0,6 |
| 2008 | 10.412 | 13,0 | 573 | 2765,0 | 10.985 | 18,9 | 88.286 | 2,6 | 99.271 | 4,1 | 11,1 | 14,2 | 88,9 | -1,5 |
| 2009 | 13.636 | 31,0 | 718 | 25,3 | 14.354 | 30,7 | 64.016 | -27,5 | 78.370 | -21,1 | 18,3 | 65,5 | 81,7 | -8,2 |
| 2010 | 17.435 | 27,9 | 901 | 25,5 | 18.336 | 27,7 | 71.146 | 11,1 | 89.482 | 14,2 | 20,5 | 11,9 | 79,5 | -2,7 |
| 2011 | 18.517 | 6,2 | 470 | -47,8 | 18.987 | 3,6 | 79.736 | 12,1 | 98.723 | 10,3 | 19,2 | -6,1 | 80,8 | 1,6 |
| 2012 | 20.399 | 10,2 | 805 | 71,3 | 21.204 | 11,7 | 75.655 | -5,1 | 96.859 | -1,9 | 21,9 | 13,8 | 78,1 | -3,3 |
| 2013 | 20.289 | -0,5 | 938 | 16,5 | 21.227 | 0,1 | 74.369 | -1,7 | 95.596 | -1,3 | 22,2 | 1,4 | 77,8 | -0,4 |

Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

O gráfico 3 a seguir traz um resumo do grau de interiorização do ensino superior no RS, no período 1991-2013, das categorias discutidas nesta seção do artigo: número de IES, cursos, vagas, inscritos, matrículas e ingressantes. O grau de interiorização do número de IES, por exemplo, é dado pelo número de IES localizadas no interior, isto é, fora da capital, sobre o total de IES no RS. Raciocínio semelhante foi aplicado para os demais casos.

Gráfico 3: Grau de interiorização (%) do ensino superior no RS por categorias



Fonte dos dados brutos: MEC/INEP. Elaboração própria.

Nota-se, com exceção do número de cursos, cujo grau de interiorização manteve-se relativamente estável ao longo da série, que as demais categorias sofreram mais oscilações, mas convergiram para um grau de interiorização próximo a 75% nos anos mais recentes. A interiorização das IES diminuiu de 81,63%, em 1991, para 73,11%, o que indica um aumento de participação relativa no número de IES da capital, sobre o total, no período. A interiorização das vagas era de 75,64% no início da série e de 75,47% no final, mas com muitas variações no período. O grau de interiorização do número de inscritos teve uma significativa elevação, mesmo considerando as oscilações que sofreu no decorrer do período, saltando de 59,31%, em 1991, para 74,64%, em 2013. Esse resultado reflete, principalmente, o grande avanço que houve no número de inscritos para as federais do interior gaúcho por influência do Sisu, criado em 2010. Só

como referência, para as federais do interior se inscreveram 64.960 inscritos, em 2009, e 212.456 inscritos em 2011, um ano após a adoção do Sisu. Os graus de interiorização das matrículas e dos ingressos eram de 69,67% e 71,52%, em 1991, aumentando para 75,62% e 75,79%, respectivamente, em 2013. Esse crescimento reflete os efeitos de políticas públicas federais favoráveis à interiorização do ensino superior, como o Reuni.

4.Considerações Finais

Houve dois períodos distintos na estruturação do ensino superior no RS. O primeiro foi concentrado em Porto Alegre (1930-1960) e o segundo ocorreu no interior, iniciando com a criação de IES comunitárias. Esse segundo movimento foi intensificado com a instalação da UFSM em 1960, neste caso representando a intervenção do governo federal. Ainda no final da década de 1960, foram criadas mais duas universidades federais fora de Porto Alegre, reforçando o processo de avanço do ensino superior rumo ao interior do Rio Grande do Sul: UFPEL e FURG. Em 2008 foram implantados três IFs: IFRS, IFFarroupilha e IFSul. Além disso, foram criados os *Campi* situados nos municípios gaúchos de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), de Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em decorrência do Reuni, também teve quatro novos *Campi* implantados nos municípios de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Palmeiras das Missões e Silveira Martins. Todos esses são fatos que apontam para o vigor da interiorização do ensino superior no RS.

Neste trabalho foi analisada a interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul, com dados relativos a número de IES, cursos, vagas, inscritos, matrículas e ingressantes, no período 1991-2013, em que ficou constatado o extenso predomínio da iniciativa privada, sobre as instituições públicas, em termos de participação relativa. Também ficou evidente que o processo de desconcentração geográfica do ensino superior gaúcho é anterior ao período de tempo analisado neste estudo, pois as categorias analisadas, como, por exemplo, número de cursos, vagas e matrículas, já possuíam um significativo grau de interiorização antes de 1991. Em alguns casos, houve uma queda no grau de interiorização, como foi o caso do número de IES; aumento da interiorização, como ocorreu no caso do número de inscritos, matrículas e ingressos; e estabilidade, como ocorreu com o número de cursos e de vagas.

No interior, houve um crescimento muito mais acelerado no número de cursos relativamente ao que ocorreu na capital, tanto nas IES públicas como nas IES privadas.. Em termos de participação relativa no número total de vagas, as IES públicas da capital perderam espaço ao longo do período. No caso das IES públicas do interior, aconteceu fenômeno inverso, pois a participação relativa dessas instituições, no total de vagas, aumentou. Tal fato reflete o progresso da interiorização das vagas em IES públicas como resultado da criação da UNIPAMPA, além das três IFs e dos *campi* da UFSM e da UERGS. O número de inscritos para as IFES do interior do RS mais do que triplicou entre 2010 e 2011, como resultado direto da criação do Sisu em 2010, acentuando um processo de interiorização, na busca de ensino superior. Quanto às matrículas e ingressos no interior do RS, diferentemente do que aconteceu na capital, ocorreu um avanço de participação relativa por parte das IES públicas, em relação às IES privadas, como consequência de políticas públicas federais de interiorização do ensino superior, como o Reuni.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O texto do decreto está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79 . Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Decreto n º 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei 10.260 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras

providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade! Período de 2003 a 2006.** Brasília, DF, 2006.

CABERLON, Vera Isabel. Universidade do Rio Grande: Uma Trajetória em Perspectiva. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai (Org.). **Universidade, Pesquisa e Inovação: O Rio Grande do Sul em Perspectiva.** Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Edipucrs, 1997, 453 p.

COSTA, Danilo de Melo; BARBOSA, Francisco Vidal; GOTO, Melissa Midori Martinho. **O Novo Fenômeno da Expansão da Educação Superior no Brasil.** Reuna, v.16, n.1, p.15-29, 2011. Disponível em <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/363> . Acesso em 15 de junho de 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas.** Editora Unesp, 3ª edição, São Paulo, 2007, 312 p.

ESTRADA, Rolando Juan Soliz. **Os rumos do planejamento estratégico na universidade pública: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria.** Florianópolis, UFSC, 2000. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78511/PEPS1030-D.pdf?sequence=1> . Acesso em 23 de junho de 2016.

FERREIRA, Taísa. **Expansão para o interior - Governo inicia processo de descentralização do ensino superior.** Revista Desafios do Desenvolvimento, edição 7, número 58, p.42-49, 2010, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2010. Disponível em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1541:catid=28&Itemid=23 . Acesso em 05 de agosto de 2016.

FIES. **Programa de Financiamento Estudantil.** Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/> . Acesso em 26 de setembro de 2016.

FIRMINO, Andresa Lydia da Silva. **A interiorização das universidades federais e os arranjos produtivos locais: o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE)**. Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/4449>. Acesso em 04 de agosto de 2016.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo 2010**. Cap 2: Perfil do ensino superior: graduação acadêmica, graduação tecnológica e pós-graduação, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.fapesp.br/indicadores/2010/volume1/cap2.pdf> . Acesso 15 de junho de 2016.

GRISA, Gustavo. **RS Sem Medo do Futuro**. Rio de Janeiro, Usina de Letras, 2009, 142 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Revista Desafios do Desenvolvimento. **Expansão para o interior - Governo inicia processo de descentralização do ensino superior**. Revista Desafios do Desenvolvimento, edição 7, número 58, 2010. Disponível em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1541:cated=28&Itemid=23 . Acesso em 15 de junho de 2016.

LAUXEN, Sirlei de Lourdes. **Universidade: a contribuição das comunitárias**. Di@logus, v. 1, n.1, p.1-13, 2012. Disponível em <http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Revista/article/view/155/42>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CÊPEDA, Vera Alves. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944> . Acesso em 15 de junho de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 2007**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Novas universidades e institutos federais vão abrir 850 mil vagas**. MEC, Brasília, 17 de agosto de 2011. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/977-novas-universidades-e-institutos-federais-vaio-abrir-850-mil-vagas>. Acesso em 09 de agosto de 2016.

PROUNI. **Tire Suas Dúvidas**. Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo . Acesso em 26 de setembro de 2016.

REUNI. **O Que é o Reuni?** Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, 272 p.

RIEDER, Arno. **A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, p. 228-247, jan. 2011. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4n3p228>>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

RODRIGUEZ, M. V.; MARTINS, L. G. A. **As Políticas de Privatização e Interiorização do Ensino Superior: Massificação ou Democratização da Educação Brasileira?** Revista de Educação, v. 8, p. 41-52, 2005. Disponível em www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2210/2105 . Acesso em 24 de junho de 2016.

ROSSATO, Ricardo. As Condições da Pesquisa na UFSM. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai (Org.). **Universidade, Pesquisa e Inovação: O Rio Grande do Sul em Perspectiva**. Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Edipucrs, 1997, 453 p.

SILVA, Jorge Paiva da; OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. **A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 93, n.233, p. 215-230, jan./abr. 2012. Disponível em <http://rbep.INEP.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2025/1790> . Acesso 15 de junho de 2016.

Literatura Recomendada

CHATTERTON, Paul; GODDARD, John. The response of HEIs to regional needs. In: RUTTEN, Roel; BOEKEMA, Frans; KUIJPERS, Elsa (edited). **Economic Geography of Higher Education: Knowledge, infrastructure, and learning regions**. London: Routledge, 2003. p. 19-41.

CHATTERTON, Paul; GODDARD, John. **The Response of Higher Education Institutions to Regional Needs**. European Journal of Education, Oxford (UK), v. 35, n. 4, p. 475-496, 2000.

GODDARD, John; CHATTERTON, Paul. **Regional Development Agencies and the knowledge economy: harnessing the potential of universities**. Environment and Planning C., v. 17, p. 685-699, 1999.